



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 119

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 20 DE JULHO DE 1968

ATA DA 3ª REUNIAO, EM 19
DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

**PRESIDENCIA DO SR. GUIDO
MONDIN.**

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

Pedro Carneiro
Achilles Cruz.
Menezes Pimentel.
Argemiro de Figueiredo
Péricles Pedro.
Armário Storni.
Milton Menezes.
Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE.

(Guido Mondin) A lista de presen-
ça acusa o comparecimento de 9
(nove) Srs. Senadores. Não há, por-
tanto, número para a abertura da
sessão.

Nestas condições, declaro encerra-
da a presente reunião, designando
para a próxima sessão ordinária, de
segunda-feira, a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 47, DE 1968

Votação, em turno único, do Pro-
jeto de Resolução nº 47, de 1968
(oferecido pela Comissão de Consti-
tuição e Justiça como conclusão de
seu Parecer nº 555-68), que torna
sem efeito a Resolução nº 83, de
1967.

REQUERIMENTO Nº 725, DE 1968

Votação, em turno único, do Re-
querimento nº 725, de 1968, de au-
toria do Senador Vasconcelos Tôrres,
solicitando ao Poder Executivo, atra-
vés do Ministério da Fazenda —
Banco Central —, informações sô-
bre o Conselho Nacional de Desen-
volvimento da Pecuária
(CONDEPE).

REQUERIMENTO Nº 848, DE 1968

Votação, em turno único, do Re-
querimento nº 848, de 1968, pelo qual
o Sr. Senador Dylton Costa solicita
informações ao Poder Executivo,
através do Ministério da Fazenda,
sobre os estabelecimentos bancários
que, de cinco anos a esta data, en-
traram em regime de liquidação, e
faz outras indagações.

SENADO FEDERAL

Expediente despachado

Respostas aos seguintes Re-
querimentos de Informações:

De autoria do Senador Raul Giuberti

Nº 593-68, enviada pelo Ministro
da Fazenda (Aviso 409.245-68-.....
SGMF-GB-Nº 279, de 17 de julho de
1968);

*De autoria do Senador Vasconcelos
Tôrres*

Nº 616-68, enviada pelo Ministro
da Fazenda (Aviso 409.247-68-.....
SGMF-GB-Nº 280, de 17 de julho de
1968).

Requerimentos deferidos:

*De autoria do Senador Vasconcelos
Tôrres*

Nº 747-68, ao Ministério dos Trans-
portes;

Nº 748-68, ao Ministério dos Trans-
portes;

Nº 780-68, ao Poder Executivo;

Nº 792-68, do Ministério do Tra-
balho e Previdência Social;

Nº 797-68, ao Ministério dos
Transportes;

Nº 798-68, ao Ministério dos
Transportes;

Nº 799-68, ao Ministério dos
Transportes;

*De autoria do Senador Lino de
Mattos*

Nº 764-68, ao Ministério do Plane-
jamento e Coordenação Geral;

Nº 765-68, ao Ministério do Plane-
jamento e Coordenação Geral;

Nº 766-68, ao Ministério das Rela-
ções Exteriores;

Nº 767-68, ao Ministério da Saúde;

Nº 768-68, ao Ministério do Tra-
balho e Previdência Social;

Nº 769-68, do Ministério dos Trans-
portes;

Nº 773-68, ao Ministério do Plane-
jamento e Coordenação Geral;

Nº 774-68, ao Ministério da Fa-
zenda;

Nº 775-68, ao Ministério da Agri-
cultura;

Nº 824-68, ao Ministério da Aero-
nautica;

Nº 825-68, ao Ministério da Saúde;

Nº 826-68, ao Ministério do Plane-
jamento e Coordenação Geral;

Nº 828-68, ao Ministério da Agri-
cultura;

Nº 829-68, ao Ministério da Fa-
zenda;

Nº 832-68, ao Ministério da Fa-
zenda;

Nº 833-68, ao Ministério da Educa-
ção e Cultura;

Nº 842-68, ao Ministério da Edu-
cação e Cultura;

Nº 843-68, ao Ministério da Edu-
cação e Cultura;

De autoria do Senador José Ermíria

Nº 872-68, ao Ministério da Fa-
zenda;

Nº 878-68, ao Ministério da Indús-
tria e do Comércio.

ATAS DAS COMISSÕES

**Comissão Mista incumbida do
estudo dos problemas agro-
pecuários e seus reflexos na
economia Nacional.**

**ANEXO DA ATA DA 6ª REUNIAO,
REALIZADA NO DIA 21 DE
MARÇO DE 1968**

*Integra do apanhamento taquigráfico
da reunião*

**PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE
AUTORIZADA PELO SENHOR
PRESIDENTE**

**O SR. PRESIDENTE (Senador
Fernando Corrêa) —** Está aberta a
reunião.

O Sr. Dr. Antônio Flávio Lima
fará, inicialmente, a explanação e,
depois, será dado o tempo de 15 mi-
nutos a cada Membro da Comissão,
para interpelações.

O SR. ANTÔNIO FLÁVIO LIMA
— Sr. Presidente, Srs. Membros da
Comissão Mista, o Estado de Goiás
é essencialmente agropastoril. A sua
economia se fundamenta na agro-
pecuária.

Possui o Estado de Goiás duas re-
giões bastante distintas: a Região
Amazônica de Goiás, abaixo do para-
lelo 13, e a Região que denominamos
Centro-Sul do Estado. Elas têm ca-
racterísticas bastante distintas. A
Região Amazônica ainda está em de-
senvolvimento, sem uma infra-estru-
tura que possa permitir rápido de-
senvolvimento. Essa Região tem a
agropecuária fundamentada essen-
cialmente numa pecuária extensiva.
A Região Sul, mais desenvolvida, já
dispondo de uma infra-estrutura
adequada, se caracteriza por uma ati-
vidade em que o fazendeiro funciona
como empresário comercial. As ati-
vidades, aí, são mais diversificadas,
tanto na pecuária, já tendendo para
uma pecuária intensiva, como na
agricultura, principalmente, tendo
por base o arroz, que é o nosso prin-
cipal produto. Entretanto, já se ve-
rifica, graças ao atual Governo es-
tadual, uma tendência, na Região

Sul, para a diversificação dessa agri-
cultura.

Planos de Fomento: Há outras cul-
turas além do arroz, porque a perma-
nência de um Estado numa só eco-
nomia, num só produto, poderia acar-
retar, em anos determinados, proble-
mas graves a esta economia. Se fal-
tar o nosso arroz — é arroz sequei-
ro; não temos, ainda, áreas irrigadas
para plantação do arroz — em anos
em que as condições climáticas não
forem favoráveis, a economia esta-
dual entrará em crise também.

Há preocupação dos governos es-
taduais no sentido de fomentar ou-
tras culturas, principalmente de olea-
ginosas, e já temos resultados que
podemos considerar excelentes, no
campo, por exemplo, da cultura do
algodão. Apesar de ser incipiente a
nossa cultura algodoeira já há muni-
cípios em que a produtividade de
médio é uma vez e meia superior à
média paulista. O município de Santa
Heleno no sul do Estado Centro-
Oeste, é hoje, talvez, o município de
mais alta produtividade em matéria
de algodão no Brasil. Esse município
produziu, este ano, 1 milhão de ar-
robas de caroços. E este exemplo do
algodão irá caminhando para outras
terras, com amplas possibilidades de
se tornar, amanhã, uma fonte de re-
ceita para o Estado. É bom que
se diga que o Estado de Goiás possui
condições excepcionais de clima e
terra para a cultura do algodão, ten-
do um período distinto de precipita-
ções constantes que ocorre de outu-
bro até o final de março e começo
de abril; daí por diante, temos um
período de seca, que facilita muito a
colheita do algodão, dando um tipo
de excelente aceitação no mercado
brasileiro e, também no mercado in-
ternacional.

A média do algodão colhido em
Goiás — apesar de, em algumas re-
giões, a técnica não ser ainda uma
constante — varia entre 4 e 4,5, que
é muito superior à paulista que,
quando chega a 5,5 é um verdadeiro
sucesso. Tal ocorre, evidentemente,
em virtude das condições climáticas,
e a fibra é média, como a produzida
na região meridional, variando de 30
a 32mm, principalmente se utilizarmos
essa variedade do Instituto Agro-
nômico de Campinas que, também, é
de muito boa resistência.

Esse algodão tem aceitação inter-
nacional. A safra, no entanto, é pe-
quena e o algodão já está sendo co-
mercializado, em Goiás, por anteci-
pação, à base de NCrs 8,00 a arroba
— do algodão em caroço.

No que toca ao arroz, que é o nosso
principal produto, estamos procura-
do dar uma atenção especial, nota-
damente pela introdução de novas
variedades, principalmente do Estado
de São Paulo, que são resistentes a

certas doenças que se estão constituindo em sério problema para o Estado.

Temos realizado campanha de correção do solo. O ilustre Senador tem fornecido calcário, de sua fábrica instalada no Município de Corumbá, e temos baseado essa campanha de correção de acidez do solo através do uso intensivo de calcário.

O Estado deverá instalar duas usinas, no sul, para o atendimento especialmente, dessa mesma área sul, onde a carência de calcário em virtude da grande acidez do solo, é grande.

Como sabemos o calcário não tolera fretes elevados — e a fábrica de V. Exa., está situada em Corumbá, — daí a razão dessa atitude do Governo nesse setor, bem como, no que concerne aos fertilizantes do solo. Passamos de um consumo de 100.000 quilos de fertilizantes para 7 milhões de quilos no ano passado. Tal ocorreu em virtude da ação do Estado, através da Secretaria de Agricultura.

Depois entregarei ao Sr. Presidente um relatório sobre essas atividades, onde terão a oportunidade detalhada de ver esses aspectos que julgamos importantes.

O grande problema para a expansão da nossa agricultura e pecuária tem sido, sem dúvida alguma, o da comercialização. Aliás, é um problema difícil para todo o País.

Não se desconhece que a comercialização é deficiente. As redes de armazenamento do Governo Federal e do Estadual são onerosas, muitas vezes dão muito prejuízo. Essa comercialização tem sido sempre um entrave à expansão da nossa agricultura principalmente.

O crédito, por exemplo, tem funcionado bem. No ano passado funcionou muito bem, em Goiás. Não há queixa dos agricultores, quanto ao custeio de suas lavouras.

O apelo que tive a oportunidade de fazer ao Presidente da Comissão de Financiamento da Produção, Deputado José Lefever, que visitou Goiás e chegou a sobrevoar grande área agrícola desse Estado, foi no sentido da política de preços mínimos.

Temos verificado, nesse setor, uma produção de máximos e mínimos. Há anos em que a safra é excepcional mas não havendo suporte de preços advém o desânimo. No ano seguinte, o agricultor abandona a lavoura, deixa de plantar e, em consequência surge a elevação dos preços, justamente pela falta de uma política adequada.

Sugerimos inclusive em Brasília, por ocasião da Carta de Brasília, a criação de uma comissão para o levantamento do custo de produção nos Estados; comissão essa que deveria ser integrada por elementos do Banco do Brasil, do Ministério da Agricultura e dos Secretários de Estado, a fim de levar os subsídios colhidos ao Governo e este quando fosse estudar os preços mínimos, tivesse a noção correta do custo dos produtos, pelo lavrador. Entretanto, isso não foi feito e talvez, dadas as dificuldades, a sugestão não tenha sido considerada e os preços mínimos têm sido arbitrados sem um estudo da situação local.

Este ano não houve a reformulação dos preços mínimos e estes continuam nos níveis anteriores.

Sabemos perfeitamente que a função do preço mínimo é apenas de sustentação, de garantir ao agricultor, em última instância, um preço que seja suficiente para cobrir o custo do seu produto e o preço mínimo não tem sequer coberto o preço de produção, está sempre abaixo, principalmente na parte agrícola.

A comercialização em Goiás está se fazendo normalmente, tem sido relativamente boa. O arroz tem mantido o nível de vinte mil cruzeiros a saca, o que corresponde a um bom

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Recebo nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — 22.4.51514

preço, a um preço razoável para nosso custo de produção. A maioria dos agricultores está satisfeita. Entretanto, se houver um acúmulo de arroz nos grandes centros como Anápolis, Goiânia, a tendência do preço talvez seja a cair.

Aí deveria entrar a ação do Governo Federal financiamentos com preços mínimos à altura, para que o mercado possa reagir, porque em um ano o arroz está a NCr\$ 8,00 e em outro vai a NCr\$ 40,00. E não é só devido ao mau tempo, mas à falta de uma política agressiva de preços mínimos em que o agricultor tenha segurança ao plantar arroz, algodão e milho, de uma garantia de preço.

Eu me disponho a dar respostas às perguntas dos ilustres Senadores, mas de um modo geral, o panorama do Estado de Goiás é este: deverá ter safras recóndes de arroz, milho e algodão. Vamos passar à primeira posição no Brasil em matéria de arroz, com uma safra em torno de 17 milhões de sacas. Quanto ao algodão, teremos 1.459.000 arrobas. Não somos grande produtor, estamos começando, mas vamos saltar de 700.000 arrobas para 1.459.000. De arroz, como disse, vamos ter 17.000.000 de sacas, de 60 quilos e não de 40 quilos como no Sul o que pode dar a impressão de menor produção. Em relação ao feijão, teremos 1.300.000 sacas, também de 60 quilos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A produção de algodão é em caloço?

O SR. ANTONIO FLAVIO LIMA — É em caloço. As safras de milho, algodão e arroz já estão salvas.

A safra de feijão ainda está dependendo. Quanto aos outros produtos todos são de sacos de 60 quilos, como o milho, o arroz, etc... Vou deixar o meu Relatório com V. Exa., Sr. Senador.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, o ilustre Secretário da Agricultura, Dr. Antônio Flavio de Lima, do Estado de Goiás, acabou de fazer uma exposição simples e muito boa! Quanto à minha primeira pergunta sobre os produtos agrícolas desse Estado, S. Exa. citou algodão, milho, arroz e feijão. Tem mais algum?

O SR. DR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Temos possibilidade para desenvolver a soja, e já estamos com plano de experimento nesse setor. Ela é uma cultura interessante.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Qual tem sido a safra do rendimento atual desses produtos, em média?

O SR. DR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — O rendimento do nosso principal produto — o arroz está em torno de vinte sacos de arroz com casca por hectare. É um rendimento muito baixo comparado com o de outros Estados, primeiro, porque as terras de cultura, já foram trabalhadas e transformadas em pastagens. Hoje só se trabalha mais no cerrado. E só se pode declarar essa produtividade exatamente através daqueles fatores, de calcário e fertilizantes, em zonas e áreas grandes. Com o calcário e fertilizantes, a resposta tem sido

um aumento de um alqueire dando até de 40 a 50 sacos de arroz.

Isso daria uma base de dez a 12 sacas por hectare de aumento, o que é compensador. O adubo é pago.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Meu pensamento — não sei se estou errado — é que, no Brasil Central — cujo tipo de vegetação é a do cerrado — a lavoura é um intermediário para a formação de pastos para a pecuária. De maneira que o que interessa ao proprietário rural, ao fazendeiro, não é propriamente uma grande produtividade mas a quantidade de terras, de hectares que ele aproveita, depois de derrubar a vegetação, para transformar em pastos.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Isso ocorreu e ainda ocorre em grandes áreas em meu Estado. Mas estamos verificando, com a crise da pecuária, que o fazendeiro — de modo geral, agricultor e criador — está se voltando para o cultivo de suas terras, primeiramente com o arroz, que é produto fácil e está obtendo uma rentabilidade que não está tendo a pecuária.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. poderia informar o rendimento do milho e feijão por hectare?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — O rendimento de milho é em torno de 1.700 kg por hectare ou seja 30 sacas por hectares. O rendimento do feijão é muito baixo, é em torno de 400 kg por hectares.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Com relação à terceira pergunta desejava saber de que sistema de irrigação dispõe o Estado para garantir uma produção, quando sabemos que o Estado possui milho em grande volume e quando se compara o volume necessário na terra mecanizável em relação à terra roxa e da massapé.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Essa pergunta eu vou tentar responder. O Estado de Goiás não tem praticamente lavouras irrigadas. Toda nossa lavoura é, digamos assim, principalmente o arroz que é o nosso principal produto. Entretanto, não existe no presente recursos no orçamento do Estado para estudos de irrigação em certas áreas, principalmente estudos piloto, que serão apenas experimentados em regiões do Norte do Estado, visando o Rio Araguaia. A região do rio Araguaia, como os srs. sabem, apresenta grandes várzeas de terras, planas, imensas áreas de terras planas que, com uma certa técnica, será possível irrigar mas, está ainda dependendo de estudos.

O que se nota é que a enchente do Araguaia não é violenta. O Araguaia não é rio que enche e extravasa rapidamente. A enchente é lenta. De modo que talvez seja possível se manterem essas áreas que se queiram irrigar em condições favoráveis e com facilidade de duas culturas de arroz principalmente, muito importante nessa região. Não posso adiantar nada mais, que tudo vai depender de estudo com relação ao solo, se essas barragens irão funcionar bem, se vão conter essas águas. Nos anos de águas, nos tiraremos água do solo com bombas, e nos anos de seca, tiramos a água.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Tive informações, que precisam ser confirmadas de que na região, como no Goiás-leste, onde o terreno é poroso, a quantidade de água é duas a três vezes maior nos anos de água.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — É preciso melhor retenção de águas. Sobre esse problema, irá haver até aqui em Brasília um Congresso sobre irrigação, do qual não sei se V. Exa. tem conhecimento, promovido pelo INDA. O INDA pretende estabelecer alguns planos-piloto de irrigação e em outras áreas, agora a do Araguaia. Nesta do Araguaia vamos nos dedicar a uma pesquisa, apenas, porque ela está longe da nossa agricultura do arroz, está afastada, e este é um trabalho para dez ou vinte anos, mas cujo estudo devemos começar. Há outras áreas no Estado, nos vales do Paraíba, como o Meia-Ponte, o Rio dos Bois, que também dispõe dessas terras baixas que nós denominamos de várzeas. Em Mato Grosso temos mais dessas várzeas. O várzea é uma várzea grande, por isso lhe demos essa denominação.

São zonas de boa fertilidade e ácidas, pela presença de água. A drenagem irá corrigir o excesso de acidez em parte, o o calcário completará o trabalho. Há condições de irrigação, porque são zonas próximas a rios. Então, um pequeno trabalho de engenharia daria condições à irrigação. O INDA estabeleceu conosco uma série de experiências-piloto em alguns pontos do Estado. Coisas pequenas, para ter o comportamento. Se der resultado, muito bem. Mas será, pois o agricultor de Goiás é um dos mais evoluídos do País. Vou dar apenas um exemplo: o agricultor do Estado não usava adubos. Com o uso de fertilizantes, com uma produção, há quatro anos, de 100 mil quilos, pulou para 700 mil, nos dois últimos anos. O relatório fala sobre o assunto.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Secretário de Agricultura sabe V. Exa. que o Brasil possui a segunda área agrícola do mundo?

Qual, aproximadamente, o tamanho da área agrícola de Goiás?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — É muito grande. Atualmente nossa área agrícola, a área que se encontra abaixo de agricultura, em cultivo, é em torno de 1 milhão e 400 mil hectares. Mas esta área, poderá multiplicar-se, poderá crescer, face a grande extensão de terra de que dispomos em condições de receberem a agricultura, terras apropriadas, principalmente com relação à topografia: toda nossa área de cerrado no Centro-Sul, no Sudoeste do Estado, praticamente ainda fora de cultivo. Não temos talvez 10% da área, aproveitada.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Possui o Estado organizações e equipamento pesado para auxiliar o aproveitamento das áreas mecanizáveis?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Talvez, no setor da agricultura, o Estado não disponha mais do que 250 tratores de esteira para o trabalho de mecanização da agricultura para desmatamento, construção de barragens, estradas rurais, um de 250 máquinas pesadas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Na Comissão de Irrigação, há um Pedido do Governador de Goiás, para financiamento de importação de tratores.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Fizemos uma concorrência neste sentido, para aquisição de tratores...

O SR. JOSÉ ERMÍRIO — Esses 250 tratores de esteira são do Estado?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Não, são de produtores particulares do Estado. Há tratores desse tipo no campo do Departamento de Estrada de Rodagem do Estado.

Reconhecendo essa necessidade, principalmente para trabalhos de

desmatamento de serrados — não temos ainda sequer 1/10 de cerrados em cultivo — a primeira máquina terá que sair do trator de esteira.

O Estado de Goiás solicitou autorização para importação de 150 máquinas FIAT, tratores médios, com financiamento pelo Banco da Lavoura do Estado, com 8 anos de prazo e juros de 10% para revenda ao agricultor. O Estado não criará patrulhas, ele irá revender às cooperativas ou a grupos de fazendeiros que se reunam para comprar essas máquinas.

Tivemos notícia, ontem, de que o Senado autorizou, em tempo recorde a compra dessas máquinas. Conversamos com V. Exas., e houve boa vontade do Senado em aprovar esta autorização.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Gostaria de fazer a 7ª pergunta...

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Permita-me complementar. Estamos importando 750 máquinas de esteira, e o Estado já possui 750 máquinas e segundo levantamentos feitos pela Secretaria de Agricultura, precisamos de mil e quinhentas máquinas de esteira para a agricultura e pecuária. Somente tratores de esteira.

A indústria nacional já está fabricando tratores de rodas de modo precário, porque o trator de roda não satisfaz mas está ajudando. Há uma que o Município de Itumbira dispõe de 2.400 tratores de peças na sua agricultura.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Passemos agora ao item que trata da eletrificação rural de Goiás.

V. Exa. conta com algumas áreas bem distribuídas ou não?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Creio que temos a solução para o problema de eletrificação rural. Dos estudos que foram realizados temos em vista a inauguração do segundo estágio da Cachoeira Dourada — que considero, como todo goiano a maior obra deste Governo — dependendo que haverá abundância de energia com a qual poderemos realizar um programa de eletrificação rural.

Já existem, inclusive, convênios firmados com o Instituto Nacional de Desenvolvimento de eletrificação rural e já existe, inclusive, convênios firmados com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA), para programa de eletrificação do Estado. Numerosos estudos já estão sendo executados pelas Centrais Elétricas de Goiás nesse setor.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Na pergunta, há pouco, V. Exa. estava informando que, em certas zonas em que nós conhecemos o pó calcário, haverá dois moinhos...

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Certo! O Estado, este ano, deverá implantar dois moinhos, um em Caldas Novas, para atender à Região Sul do Estado; essa indústria de um convênio com o Fundo Federal Agropecuário do Ministério da Agricultura; a São Domingos, de porte médio, de capacidade média; porque são unidades que poderemos transferir, vamos dizer, se acabar a jazida, o que não vai ocorrer porque é muito rica em calcário. E, no Município de Itaboiara, para atender as Regiões Centro e Sudoeste — essa, fruto de convênio com o INDA. São dois moinhos, um já se encontra em Goiás, e o outro já foi adquirido e deverá chegar brevemente.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O importante, Sr. Secretário, é a finura desse calcário.

Eu queria dizer a V. Sa. que desse 8% na pereira de 200 mechas. Abaixo disso, quanto mais grosso, mais demora.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Aliás, o calcário de Corumbá é de excelente finura, tem causado

ótima aceitação, a ponto de o Sr. Diretor do Instituto de Pesquisas agropecuárias, no Centro-Oeste, aqui, em Sete Lagoas, me haver informado, há pouco dias, que o pó de calcário que lhe mandamos foi o melhor que eles já usaram, dentro daquele Instituto de Sete Lagoas. E de fabricação de V. Exa.

Vamos, então, procurar acompanhar aquele tipo de calcário acompanhar aquele tipo de calcário com aquela finura digamos assim, para que a observação do solo seja mais rápida.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. passou de 100 mil quilos para 7 milhões de quilos... Quais os fertilizantes que estão sendo usados nesta região?

O DR. ANTONIO FRANCISCO DE LIMA — Em maioria é o fósforo, da da pobreza do nosso terreno. De modo geral, a maioria das culturas tem respondido bem ao uso do fósforo. Usamos fosfato natural de Araxá, Minas Gerais, e superfosfato, de modo geral, simples. Tem tido boa aceitação e dado boa resposta, na maioria de nossas culturas.

Além desses fertilizantes fosfatados, usamos um pouco de nitrogenados, principalmente sulfato de amônia, e um pouco de fertilizante potássio.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. já utilizou fosfato de cálcio?

O DR. ANTONIO FRANCISCO DE LIMA — Ainda não.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Eu aconselharia V. Exa. a usar um pouco, porque ele tem o cálcio e o fósforo.

O DR. ANTONIO FRANCISCO DE LIMA — O problema de fosfato de cálcio talvez seja um problema de compra, dificuldade em adquiri-lo — não é muito fácil. O fosfato de Araxá, apesar de não ser um fosfato de alta solubilidade, tem conteúdo muito elevado de óxido de cálcio — o baixo é o calcário — de modo que ele tem com corretivos e os resultados são muito bons em Goiás, embora muita gente seja contrária ao uso desse adubo no Brasil.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Podemos citar a nossa experiência, com o calcário, em Pernambuco, mas apresenta um defeito: é a demora de absorção.

Enviamos amostra para a Suécia e para Israel, para que fosse feita a análise, e os resultados foram idênticos. O que ocorre é que o fosfato usado diretamente no solo leva cerca de 15 anos para ser absorvido. Assim sendo, com a introdução do cálcio tudo isso melhora muito porque aquele fosfato precisa ter uma atuação um pouco mais rápida para se decompor.

Qual tem sido a atuação da Secretaria no que concerne ao armazenamento e financiamento da produção, a fim de defender o produtor do assalto praticado pelo intermediário?

V. Exa. já deu uma pequena informação no seu relatório, mas nós sabemos que o produtor é o sacrificado e, se o Governo não adotar providências para que ele tenha um preço justo, o intermediário lucrará muito mais do que ele, produtor, que passou um ano inteiro na roça plantando e colhendo sua produção.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — A rede de armazenamento, no Estado de Goiás, é constituída de armazéns federais e estaduais, aqueles da CIBRAZEM e esses da instituição goiana.

A capacidade de armazenagem total é de cerca de um milhão de sacas de arroz para uma produção de 15 a 17 milhões o que, evidentemente, é insuficiente.

Não ano de grande safra, como o que estamos vivendo, teremos problemas de armazenagem, se a comercialização não se processar normalmente,

Ao que parece, este ano, após a colheita do Estado de São Paulo, ao que sabemos, não é muito boa e já vemos nas estradas, os caminhões de São Paulo levando arroz.

Se a safra de São Paulo fosse grande, teríamos, naturalmente, problemas quanto à comercialização. Acontece, porém, que eles estão apanhando a produção de Goiás e, imediatamente, carregando-a para São Paulo, o arroz ainda em casca — isso é muito importante mantendo o preço em nível satisfatório.

Hoje, o preço está em torno de 20 e 22 cruzeiros por saca de 60 quilos. É um preço razoável, está no nível do do ano passado. O agricultor está satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — É o caso de Mato Grosso, em que ele está a 22 cruzeiros. Lá, aconteceu a mesma coisa. Foi lá um japonês de São Paulo e comprou, em Campo Grande, cem mil sacas de arroz.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Ontem, estive com um grande fazendeiro do Município de Britânia, Município próximo ao Araguaia, é um Município que não é grande produtor de arroz, mas produz muito bem arroz, e esse fazendeiro me disse que dali já saíram mais de quinhentos caminhões para São Paulo, só dessa safra.

É uma informação que presto à Comissão, porque de fonte segura, responsável. Então, eles ficaram muito satisfeitos, porque, se saíram, é sinal de que eles estavam precisando do produto.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Além da acidez do solo, existe outro elemento que prejudica a produção agrícola?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Existe, é fruto da acidez. O alumínio, por exemplo, fruto de excessiva acidez, prejudica grandemente certas culturas. Há, então, necessidade da correção do solo, principalmente com calcário magnésiano, para eliminar esse elemento nocivo que é o alumínio, além de outros. Assim como outros elementos podem prejudicar, o que existe é que o nosso solo, o que estamos utilizando, são solos mais planos, de uma pobreza total de elementos, não só de ácidos como de potássio e de magnésio, etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Passaremos agora ao problema da pecuária.

Com relação à pecuária gostaria de saber de V. Exa. a capacidade do rebanho bovino de Goiás.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Nobre Senador, a capacidade do rebanho bovino no Estado é de 3.428.571 cabeças. Este o nosso rebanho em números redondos. A sua distribuição por regiões é mais ou menos seguinte: na Região do Araguaia-Tocantins de 37.000 cabeças, região esta sem expressão mesmo para a pecuária do nosso Estado. Região muito pobre e ruim. No Norte de Goiás temos 1.400.000 cabeças o que corresponde, já, a um potencial real. É preciso dizer que o Estado de Goiás abrange dezenas de Municípios e correspondente a toda aquela região que está acima do paralelo.

O Sul do Estado dispõe, também, de um bom rebanho, 719.000 cabeças.

A zona de Ipameri tem um bom rebanho 1.290.000 cabeças. Já desdobrando o Planalto para o Vale do Paraná, temos 450.000 cabeças. Alto Tocantins, 600.000 cabeças. Rio Verde, Jataí, Pirópolis e toda aquela área que vai até a fronteira de Mato Grosso, 1.400.000 cabeças. E em Mato Grosso de Goiás, as mais ricas terras do Estado, essa região tem 1.599.000 cabeças. Somos, assim, um total de 8,5 milhões de bovinos no Estado.

Apesar de desse rebanho ser o quinto do País, nós temos condições de aumentar em muito a quantidade

de rées, porque, se sobrevoarmos a região do Araguaia, onde há grandes pastagens naturais, e mesmo artificiais, vamos verificar que essas pastagens estão ociosas, sem utilização. E são grandes áreas de pasto.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — O rebanho de Goiás tem aumentado em quanto anualmente? V. Exa. tem a estatística?

O DR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Eu vou dar essa resposta, porque acho que o aumento tem sido bem pouco, o que é significativo. Embora o padrão tenha melhorado tremendamente, o número de matrizes é menor — e esse é o grande problema — porque 90% são vacas. Se as matrizes diminuírem, a tendência no rebanho é, senão diminuir, pelo menos estacionar.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Outra pergunta: são os preços mínimos para os órgãos de agropecuária suficientes para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, do Estado?

O DR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — É um ponto importante, se levarmos ao Presidente, de acordo com bases sérias e concretas. Porque a política tem funcionado no País, no setor da agricultura mesmo. A pecuária eu desconheço. Eu vejo é o tabelamento dos produtos, e há importação muitas vezes que estão a prejudicar os nossos criadores.

Na agricultura, a política tem funcionado em certos aspectos. Recordo que tem melhorado muito nestes últimos dois anos, dando uma certa garantia ao agricultor, mas eles estão abaixo (como eu disse no princípio da discussão) da realidade do custo de produção.

Por ocasião do Congresso, em Brasília, nos sugerimos a criação de comissões regionais idêneas, com elementos do Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, da própria SUNAB, COBA, etc., para que fizessem o levantamento e o estudo do custo de produção nos respectivos Estados a fim de que esse material poderia servir de subsídio ao Governo no estabelecimento desses preços mínimos.

Por exemplo, o preço mínimo para o arroz em 65 descontos, está em torno de dez cruzeiros novos por saca de sessenta quilos. Isto é, o produtor leva o arroz a Goiânia e paga imposto, frete, tem gastos com a sacaria, e vai receber líquidos dez cruzeiros. O comércio está operando em torno de vinte cruzeiros novos. Está muito bem se o Governo não resolver descer. Portanto, esse preço deveria aproximar-se mais do custo de produção. Hoje, uma saca de arroz em Goiás, nas nossas condições, não nos custa menos de quinze cruzeiros.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — V. Exa. trouxe uma boa contribuição para esclarecimento do assunto.

Os financiamentos a juros baixos à agropecuária são essenciais à vida nacional. Assim, desejaria indagar de V. Exa. quais os juros pagos pelos lavradores que labutam na zona rural? Disseram-nos que o Banco Regional de Brasília empresta a 1,7% ao mês. Não sei quanto a Goiás. Acho importante a Comissão saber o que V. Exa. acha que o Governo deveria fazer em Goiás para financiar uma produção essencial à vida da Nação.

A política de crédito do Banco do Brasil, que é o órgão máximo de crédito agrícola neste país, em Goiás, no ano agrícola que ora termina cu seja o ano agrícola de 1967-1968, restou safrá, funcionou muito bem. Não há queixas contra o órgão financiador do Banco do Brasil.

De modo geral, o Banco fez financiamento principalmente para a agricultura. A pecuária foi afetada, talvez por alegarem falta de recursos para aquele setor. Mas, para o setor agrícola, os financiamentos funcionaram muito bem no meu Estado.

Hoje, de modo geral, não há queixas contra o Banco do Brasil ou outro órgão financiador. Os juros não são elevados, talvez estejam ao redor do que contra o Banco de Brasília, ou seja 15% ao ano.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — V. Sa. trouxe uma magnífica impressão pela firmeza das declarações. No município de Santa Helena é onde existe o melhor algodão de Goiás, abrir consistência e qualidade.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Certo, e alta produtividade. A média de Santa Helena é superior à média paulista.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — V. Sa. tem por acaso o número de arrôbas ou de quilos?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Foram distribuídas 5 mil sacas de semente naquela região e outras. A área plantada em Santa Helena é de 1.009 alqueires geométricos.

E' fácil de comprovar. Eu peço o testemunho do Sr. Senador José Feliciano que é daquela região. A produtividade daquele município está em torno de 250 arrôbas por alqueire paulista, ou seja, 500 arrôbas por alqueire geométrico. V. Exa. como homem de indústria, sabe que há lavouros de mais de 1.000 arrôbas por alqueire geométricos. Estas são lavouros extensas. Inclusive, já tivemos a ventura de ver polvilhamento aéreo naquela região, por avião. No Rio Grande do Sul uma firma já fez demonstração, e está fazendo algum trabalho com aviões para combate à praga.

Na parte de financiamento, queria apenas completar com uma sugestão. E' que o Banco do Brasil estuda a possibilidade de fazer financiamento em bases técnicas para certas culturas, financiamento cuja responsabilidade possa ser assumida por certos órgãos do Ministério da Agricultura, especialmente em determinados setores, pelo próprio Serviço de Extensão, o sistema W-K (?), e pelo Secretária de Estado. Ao agricultor receberia um financiamento maior para tecnificar sua lavoura, usando adubos e corretivos. Hoje há o sucessivo, que vem funcionando muito bem. Um dos grandes avanços, sem dúvida no setor da agricultura é a política do sucessivo, do Governo Federal. Mas, poderia melhorar os tetos de financiamento desse que a lavoura, vamos dizer, orientada por agrônomos desse ou daquele órgão, visasse a ter maior produtividade.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Agradeço a V. Exa. Flávio Antonio de Lima, pelas respostas que deu às minhas perguntas.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — O Ministério da Agricultura tem introduzido principalmente reprodutores de rebanhos em Goiânia, na região da bacia leiteira, reprodutores da raça holandesa, e com bons resultados. A prova está no desaparecimento da crise de leite em Goiânia. Não sei se pela diminuição do poder aquisitivo do povo, mas realmente houve a solução da crise. Mas creio que o foi através da introdução desses reprodutores de raça holandesa. Encontramos granjas ao redor de Goiânia e nos principais centros do Estado que possuem ótimos plantéis holandeses.

Para carne: a Secretaria de Agricultura mantém um plano para a Região Amazônica de Goiás, a fim de levar reprodutores zebuínos àquela região. Fizemos a aquisição de reprodutores das raças gir e melore. Transportamos esses reprodutores para o Norte, para melhorar a pecuária dessa região. Em dois anos levamos 300 reprodutores para a revenda ou troca, porque, realmente, o rebanho bovino do norte é de má qualidade zootécnica, digamos assim, são animais que chamamos muitas vezes de

curraleiro, é o gado curraleiro. Trocamos um reprodutor bom por um reprodutor curraleiro, à base do peso. Pesamos e fazemos a troca, ou vendemos, se é o caso de não haver troca.

Gertmente vendemos, mas levamos o reprodutor até a área em que se encontra o criador.

A Secretaria de Agricultura do Estado firmou um convênio com o Fundo Federal Agropecuário para aquisição de reprodutores visando a melhoria da pecuária do Norte.

Aquirimos 250 reprodutores touros, de boa procedência dentro do próprio Estado, buscando o criador do sul, dando-lhe incentivo e estamos levando para a área norte.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Qual o preço médio de cada um?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Estão sendo entregues na área norte, em torno de 500 a 700 cruzeiros novos, zebuínos, bons reprodutores, pois há criadores em Goiás que têm rebanho zebu muito bom.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Qual o preço dos holandeses, mais ou menos?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — O gado holandês, não sei honestamente, porque essa aquisição tem sido feita pelo Ministério da Agricultura mais ou menos ao preço de custo. Cobram frete e taxa de administração e financiam, também.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Há assistência a esses rebanhos de capital importado contra aftosa, brucelose, doenças epidêmicas?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — O Ministério da Agricultura dispõe do Serviço de Defesa Sanitária Animal e tem uma equipe de veterinários que vêm prestando notável serviço ao rebanho. Infelizmente como sabem V. Exas. as verbas do Ministério da Agricultura são as menores do país, essa assistência é deficitária.

Agora, de nossa parte — permitimo-nos divagar um pouco — a Secretaria de Agricultura, até 1964, dispunha de 1 agrônomo e 1 veterinário. Hoje, temos 12 agrônomos e 12 veterinários.

Estamos agora admitindo mais dez técnicos, daí o nosso serviço assistencial só ter começado praticamente em 1965, mas, em estreita colaboração com o Ministério, temos feito campanhas contra aftosa, brucelose e raiva, que é um problema sério. Temos tido surto de raiva principalmente em regiões próximas do Planalto, no Município de Uruaçu, Barro Alto e Colândia, onde o problema da raiva está sendo controlado através de vacinação sistemática.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Em face desta resposta de V. Sa. pergunto: o Laboratório para sêles e vacinações, ainda não tem?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Não. A Secretaria ainda não dispõe de laboratórios. Acredito que só em 1968. Já temos recursos orçamentários e estamos com a área pronta para instalar a secretaria em primeiro lugar. Vivemos sempre em um canto do DER. Aliás, desde os Governos passados que isto vem funcionando em caráter precário. Entretanto, este ano a sede será construída com laboratório de solo e diagnóstico veterinário. O laboratório de sementes não será construído porque o Ministério da Agricultura já está-se aparelhando com bons laboratórios. Preferimos colaborar com o Ministério para não fazer serviço paralelo.

Não temos, na realidade, esses laboratórios.

Toda a análise do solo tem sido atendida em Campanhas no Estado de São Paulo, ou no Instituto de Pesquisas de Minas Gerais, em Sete Lagoas.

O agricultor goiano está caminhando para adubação e a adubação sem

orientação do solo cria sérios problemas.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Em Brasília temos um laboratório novo.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Já tomei conhecimento, já me deslocaram e vou examiná-lo.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — V. Sa. sabe que a produção de algodão está esmagada em 1.400.000 arrobas. Em que área, pode dizer?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Posso dizer, sim!

A distribuição de sementes foi, na ordem de 20.000 sacas. Se considerarmos que, para cada alqueire, necessitamos de três sacas, temos 6.000 alqueires geométricos para essa produção.

-Veja bem: há duas regiões distintas, de algodão, em Goiás: Santa Helena, Riunibara e uma parte do Município do Rio Grande, onde se planta um algodão que denominamos "so algodão", é um algodão com certa técnica empregada, com uso de inseticida, sistematicamente, sementes de melhor qualidade. E há o restante do Estado, que cultiva o algodão consorciado com arroz ou com milho. Quando o milho está maduro, eles plantam o algodão nas ruas do milho. Ai, a produtividade é baixíssima. Daí a área não expressar aquilo que Santa Helena expressa.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Essa distribuição é gratuita?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Não, é pago! E dessa distribuição de 20.000 sacas, o Estado importou 5.000 da Secretaria de Agricultura de São Paulo. São sementes da variedade AC-12 para Campos de cooperação.

E a firma existente em Goiás muito boa — a Companhia Nacional de Estanparia também produz sementes que não analisadas pelo Ministério, nesse laboratório, e distribui ao restante das lavouras que não são férteis. A semente boa vem de São Paulo.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Quantos campos de cooperação tem, atualmente, São Paulo?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Em relação ao algodão, em toda a área de Santa Helena, prestamos assistência a partir da semente, já com estas firmas particulares agrônomas, que trabalhou, geralmente com nosso pessoal. Hoje, a Secretaria já dispõe de agrônomos locais em Santa Helena estão prestando assistência à cultura algodoeira e chegamos, até um ano atrás, a vender inseticidas como as firmas, porque o algodão tinha condições de desenvolvimento no Estado. As firmas privadas começaram a operar na região do Estado afastou-se do campo de vendas de inseticidas, já que o campo particular tem melhores condições de vender o produto.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — (Inaudível).

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Se houver um surto muito grande, a lavoura talvez não tivesse condições de abastecer todo o Estado.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBERG — Fiquei muito honrado em ter ouvido as palavras do ilustre Secretário, demonstrando que está integrado no problema.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Dr. Antônio Flávio de Lima, eu perguntaria se, diante das peculiaridades climáticas — das estiagens e das chuvas — em Goiás, inclusive quando sentimos que Goiás tem áreas particularmente possíveis de recuperação por irrigação ou pela acudagem, se nas suas tarefas V. Exa., como Secretário de Agricultura, nas áreas que, naturalmente, poderia a ser influenciadas pela

DNOCS, nas áreas do polígono, se já haveria margem para a acudagem. Considero-a sistema, talvez revolucionário para as áreas do cerrado, bem como outros que, como sabemos, sofrem imensamente com as estiagens que, aqui em Goiás, duram seis meses.

Perguntaria, então, se haveria algum trabalho relativo à acudagem e gostaria de ouvir um relato de V. Exa.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Não sei de nenhum trabalho promovido pelo DNOCS a esse respeito.

Com respeito ao problema climático temos duas estações bem divididas: o período seca e o período das chuvas, que é esse que está terminando.

Na região Centro-Sul do Estado, as águas, apesar do período de secas, — que duram seis meses — é abundante, não há problema, porque temos rios, córregos e cursos d'água perenes. Não há problema, e praticamente não há falta de água nessa região. Realmente, pode ocorrer que num ou noutro lugar haja problema, com relação aos rebanhos, mas não é propriamente com relação à água, e sim ao alimento.

Sendo essa região uma área onde há a maior concentração de máquinas, principalmente particulares, se o fazendeiro tiver problemas para construir açudes ele os resolverá com relativa facilidade. O senhor, vindo de Mato Grosso e sobrevoando em direção à Goiânia, irá ver inúmeros pequenos açudes e barragens nessas propriedades onde há ausência de água. Mas, de um modo geral, não há esse problema de falta d'água pois, que o problema do período-da seca, como já declarei acima, é de alimento, especialmente aqui na região Centro-Sul. Essas campanhas que o Serviço de Extensão tem promovido — o Ministério e nós mesmos, de dois anos para cá, a ponto de distribuímos, em 1966, mais de cem caminhões de pangola, nappi e outras espécies — têm minorado a situação e caminhando para uma solução do problema.

O que verificamos é que o fazendeiro do Sul do Estado dispõe, geralmente, de uma capineira para o trato do seu rebanho, não conhece outras práticas mais avançadas, mas a capineira, hoje, é constante na maioria das propriedades agrícolas e pastorais.

E sempre que procurados, temos atendido. Firmamos, agora mesmo, um Convênio com o INDA, para disseminar o uso da capineira, na Região Norte do Estado, inclusive, que é a região-problema, que é muito seca. Lá, o problema não é só de pasto, mas de água para o rebanho.

Daí, Sr. Presidente, a razão dessa importação de tratores pelo Governo de Goiás, ou, pelo menos, dessa tentativa de importação que, parece, já ter sido concretizada, para revenda a agricultores ou a grupos de agricultores ou de cooperativas tratores esses que serão utilizados no desmatamento, na construção de barragens. Essas máquinas prestarão, sem dúvida, inestimáveis serviços ao Estado, em todos os setores ligados à agricultura e à pecuária de toda aquela área.

Firmamos, ainda, Sr. Presidente, Convênio com o INDA, para aquisição de perfuratrizes para trabalharem na área do Nordeste do Estado. São apenas duas máquinas, porque são perfuratrizes caras. Não temos muita experiência ainda com esse tipo de trabalho de perfuração de poços, em nosso Estado, mas há alguns poços, no Norte, que estão funcionando muito bem. Entretanto, sabem V. Exas., que há regiões, onde às vezes, perfura-se o solo e não se encontra água mesmo em grandes profundidades.

Já se encontram em Goiânia duas dessas perfuratrizes, que são máquinas boas, novas, e que estão sendo submetidas a testes com o sentido de

serem levadas a atender aos problemas não só do meio rural como também de certas cidades que não têm água, como Campos Belos e outras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Deseja informar à Comissão que teremos, na próxima terça-feira, outro convidado quando poderemos continuar o debate do assunto.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Sr. Presidente, pego a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra V. Exa.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Então, Sr. Presidente, na oportunidade terei ocasião de entrar mais em contato com o Secretário de Agricultura, que considero o Ministro de Goiás.

Sou fazendeiro de uma área de Rio Verde, naquela zona de Corumbá de Goiás. Ali não existem capineiras, não existem técnicos, nem do Governo nem do Estado.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Se V. Exa. me permite, existe o escritório da Extensão Rural.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Mas, parece-me que por convênio com a região geo-econômica vizinha, a do Distrito Federal. Agora, parece-me tomar não impulso com contratações e nós passamos a ter nova fase de atendimento a essa região geo-econômica que é vital para o Brasil.

Tenho me impressionado com o problema do abate e de frigoríficos. Perguntaria qual a rede de frigoríficos existentes em Goiás. Acho um absurdo a existência de frigoríficos clandestinos. Em Brasília temos 4 ou 5 firmas prejudicando esse setor, inclusive com roubos e desvios. Perto de Brasília havia um frigorífico, mas devido a desentendimentos, inclusive suicídio, ficou pelo meio. Os frigoríficos, hoje, necessitam de organização moderna. Considero que Goiânia está atendendo bem a Brasília, mas essa cooperativa de Brasília é uma aventura e já fez muitas críticas outro dia com o Presidente da Cooperativa, quando esteve presente, no Plenário.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Mas afirmo que Brasília não ficou fora da zona de produção. Em Goiás, temos uma Cooperativa que vai funcionando este mês, muito bem, uma produtora de leite, muito bem montada, muito bem instalada, que recebeu os financiamentos do Ministério da Agricultura e do Banco Nacional do Crédito da Cooperativa.

De modo que o problema do leite, nessa região, está solucionado, bem como a campanha iniciada pelas forrageiras, de importação de reprodutores holandeses, pelo Ministério.

E agora, para se comercializar o produto está sendo concluída a Cooperativa, já quase pronta para funcionar. Está-se esperando só os vasilhames para poder funcionar. Na parte de leite a solução está perfeita. Quanto ao frigorífico, este é um problema sério.

Em Goiás, o Ministério da Agricultura, para implantação de frigoríficos, tem sido de um rigor a toda prova. Em Goiás, não há notícias de implantação de frigoríficos, sem uma fiscalização severa, da parte do Ministério, inclusive com o frigorífico de Anápolis, onde o órgão da agricultura tem feito exigências, dentro da lei, para que se construa em condições mais higiênicas. Agora a rede de frigoríficos de Goiás é antiga, logicamente há deficiência nesse sentido, embora venha sendo melhorada. Fechar, porém, frigoríficos e matadouros porque trabalham em condições precárias é contra-producente, traria problemas sérios.

O que tem faltado são financiamentos para a implantação dessas novas indústrias em bases técnicas.

Neste setor, já há qualquer coisa em torno de um financiamento de um grupo brasileiro para a implantação de um frigorífico moderno, com câmara fria. Outro dia fui procurado por um grupo carioca que quer implantar essa indústria em Goiás, dentro das normas técnicas exigidas pela lei federal.

O problema é de financiamento para essas indústrias. Em Goiás já se faz a engorda dos rebanhos. Em alguns lugares, como Barretos, o transporte do gado é feito através da boiada ou, a maioria, em caminhão. Há condições no Estado para que se implante uma indústria em bases racionais. O problema é do financiamento. O Governo do Estado não tem condições para financiar. Então, fica sempre o velho círculo vicioso, tem condições mas não tem financiamentos para implantação dessas indústrias.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Tivemos aqui um dos dirigentes da CACEX, e inclusive foi levantado o problema de uma simpatia ou de um atendimento para o sul do país, com relação à pecuária de corte.

O dirigente da CACEX, em conversa aqui, confessou que há desmoralização total do gado de corte brasileiro. E hoje todos os países fogem da compra de carne brasileira pelo perigo da artrose, ou seja, o perigo do abate indiscriminado, sem controle de saúde pública.

Informou ainda que, inclusive, a legislação é de tal ordem que, para negociações, ele recebera uma Comissão de franceses que passou uma fase muito grande aqui no Brasil e ficou sediado, praticamente, no Rio Grande do Sul, tendo encontrado frigoríficos do Governo que davam cobertura às exigências francesas. Soubemos, por exemplo, o que ocorreu na Inglaterra com relação à Argentina.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — O grande problema na pecuária de corte, a meu ver, tem sido o problema de financiamento ao criador. Não há financiamento, por exemplo, para matrizes — para criação ou retenção de matrizes. Então o criador é obrigado a vender suas matrizes, porque o bezerro, o macho, o garrote não tem valor. E por isso o criador vende a vaca. Eu mesmo vendi uma partilha minha porque precisava de dinheiro. O garrote não tem preço, a vaca tem, e eu vendi a vaca. O problema se financia ao criador é que tem sido problema sério. Ao que parece, não há dinheiro então, vamos arranjar crédito externo para financiamento no Banco Mundial. É uma solução, para o criador poder segurar as matrizes. Ele não tem condições de retenção, então o financiamento deveria ser para criar e para reter. Mas, o Banco do Brasil alega que o financiamento para criar é vicioso, porque quem tem vaca vende-a ao vizinho que por sua vez revende a outro vizinho, e assim o dinheiro fica circulando nas mãos de meia dúzia de criadores. Mas eu acho que há critério, e o Banco do Brasil tem uma carteira fiscal que poderia comprovar se a propriedade tem pastos sobrando, e se ela tem o Banco então deveria financiar para criação dessas matrizes, para cobrir esses pastos. (Inaudível)

O defeito é do mecanismo. Mas, mesmo que o fato ocorra, há meios de controlar, porque é muito fácil fazer o levantamento da produção, verificar o rebanho do fazendeiro, verificar se tem sobra de pastos. Nesse caso, o Banco financia. Se tem lotação completa, não recebe o financiamento. Esta a solução.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Secretário, qual o entrosamento que existe entre a Secretaria de Agricultura e a Escola de Agronomia e Veterinária situada em Goiânia?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Mantemos entendimento o mais amplo possível.

A Escola e nova no Estado. Então, precisa de toda ajuda, seja do Governo federal, seja do estadual, no sentido de dinamizá-la, para se ter uma escola à altura do que está exigindo nossa agropecuária.

No ano passado, fizemos alguns trabalhos em cooperação com a Escola, como no avião, para qual não temos todos os meios oriundos da Granja-Escola do Estado. Temos elementos, nossos agrônomos nossos que são professores na Escola e que dão colaboração em diversos setores de mesma.

Para este ano, dispomos de uma área, na escola, para fazer demonstração com certas culturas que pretendemos implantar no Estado com agitação, para incrementar a produção, seja, como nova implantação no Estado, e adaptação, por meio de irrigação para o cultivo do arroz.

De modo geral, temos colocado à disposição, de agrônomos da Escola áreas de demonstração inclusive estudantes do quarto ano de agronomia e para nosso gaúcho, um deles foi contemplado pela USAID com uma bolsa de estudos dos Estados Unidos e lá está fazendo um curso de especialização de um ano e meio.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Nos verificamos, que no Brasil há número muito grande de técnicos, verdadeiros professores, que ficam ociosos grande parte do dia e grande parte do ano, durante o período das férias. Assim e da mais conveniência nacional o aproveitamento da ciência, da técnica e da experiência desses professores no campo da administração pública, principalmente da administração particular também.

Outra pergunta nossa e se a Secretaria tem a preocupação constante de levar a água nascente, porque no Estado de Goiás as águas de nascente são as maiores do país e isso é "handicap" fabuloso, pela exportação agrícola, podendo levar a líquido puro a todos os campos de produção agrícola. Se a Secretaria tem uma aplicação permanente com esse aproveitamento e se se entrosou com a Escola de Agronomia e com os outros órgãos nesse sentido.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Sobre o aspecto de irrigação tive oportunidade de responder a uma pergunta do Sr. Senador José Ermirio de Moraes. Como sabemos, o Estado de Goiás, praticamente, nada tem sobre irrigação; pouco conhecimento técnico nesse setor.

Há cerca de um mês, mandei ao Rio Grande do Sul um dos nossos agrônomos para observar o trabalho de irrigação ali e ver o que pode ser transportado para nós. Já há um estudo, inclusive recurso no nosso Orçamento, para experiência-piloto, na região do Araguaia. E apenas um estudo. Não podemos levar aquilo sob forma generalizada. Mesmo porque a região do Araguaia é de difícil acesso, apesar da melhoria das estradas. Aquilo será trabalho para o futuro. Vamos começar. E isso porque vamos ter necessidade de aproveitamento de todos esses vales.

Já tivemos entendimento com o INDA que fará realizar, aqui, em Brasília, proximamente, um Congresso Nacional de Irrigação. O INDA já levou alguns técnicos do Rio Grande, especializados em irrigação em Goiás, e tivemos condições de levar um avião do Estado para eles sobrevoarem o Rio dos Bois, o Rio Paranaíba, a fim de se verificar a área possível de trabalho de irrigação nessas regiões.

O que temos de irrigação é apenas isso. Vamos dizer: estamos abaixo do engatinhamento; não estamos nem engatinhando. Porque o que ocorre é que tem que haver uma demanda. O

Governo deve motivar, mas tem de fazer demanda para esta ou aquela prática. E o caso do adubo. Nós motivamos. O Governo Federal, através do Fundo Fértil, fez a motivação, financiando adubos, calcário, etc., e aparelhamos a Secretaria no ano passado com adubo. Sabíamos que nunca poderíamos nem poderíamos nem que todos os recursos estaduais fossem postos aí, não dariamos conta de atender a todos os fazendeiros. Seria sonhar demais! Mas naquelas áreas mais próximas de Goiânia, onde as estradas são melhores, onde há mentalidade e mecanização, procuramos incentivar e o adubo saltou de 100.000 quilos para 7 milhões de quilos, a motivação. E as empresas particulares, naturalmente, como a Ultrafertil, na encontrando aquela motivação do nosso Estado do Fundo Fértil, do Ministério da Agricultura, da experiência feita, têm condições do atendimento global a todo o Estado.

No setor de irrigação, estamos mais atrasados do que no de fertilização. Teremos que olhar para ele, nesta ou na outra Administração, não tenho dúvida.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Verificamos que, em Goiás, a Secretaria já deu um passo no sentido de sair do asfalto; ela saiu do centro urbano de Goiânia e ficou na periferia.

Agora, perguntamos: tem a Secretaria na sua preocupação a criação da assistência agrícola no próprio local ou no município, como já é feito no Estado de São Paulo, no Rio Grande do Sul — em alguns através de cooperativas, e no Estado de São Paulo pela Casa da Lavoura? Realmente, a Casa da Lavoura, com seus engenheiros agrônomos, tem influência na produção agrícola no Estado de São Paulo. O que é que Goiás está pensando neste sentido?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Neste setor, devo esclarecer o seguinte: no ano de 1953, apresentamos ao Instituto Brasileiro de Café um plano para a criação daquilo que chamamos de agência rural que não é mais nada que uma Casa da Lavoura — apenas mudamos o nome para não dizermos o nome goiano, digamos assim. E o IBC fez aquela campanha de erradicação do café.

A verdade é que Goiás, hoje, não tem expressão como produtor de café — o Senador João Abrahão é do município maior produtor de café de Goiás: Inhumas — e sabe que, praticamente só produzimos cereal e gado. O café foi erradicado e o IBC firmou acordo para implantação de agências rurais no Estado. Estão em construção sete agências iniciais, inclusive no município de Inhumas, porque era um município cafeeiro — então, vamos colocar em contrapartida aquilo que foi tirado do município, um plano visando a incentivar a agricultura e pecuária. Esta de Inhumas está quase pronta, poderia ser inaugurada na festa do dia 19; Anicuns com outra agência Goianésia, outra agência, Jaraguá, outra agência, Rubiata outra agência.

O IBC deu recursos para construir essas agências mas, infelizmente, não foi suficiente o montante e o Estado, então, está complementando com recursos próprios o término dessas 7 agências, através do SUPLAN.

A sede central será em Goiânia e os centros rurais, de que falei, ficarão situados nos sete municípios que citei.

Depois darei informações sobre o funcionamento das agências.

Agora essas que estão em construção — e temos os de Inhumas e Anicuns que estão praticamente construídos — vamos construir também em Ipameri, onde já existe veterinário; Mineirinhos, onde existe também um veterinário sediado; Santa Helena

lena, onde existe um agrônomo; Rio Verde, onde também existe um agrônomo; Piracanjuba, onde existe um agrônomo.

O ideal seria cobrir mais áreas, mas não adianta tentar espalhar postos por todo o Estado se não temos condições de construir e de manter. Até o final teremos 12 agências funcionando ou com agrônomos ou com veterinários, se a zona for dedicada à agricultura ou à pecuária.

Essas agências terão um funcionamento semelhante ao da Casa da Lavoura de São Paulo: levar os conhecimentos técnicos no próprio local, ao fazendeiro. No entanto funcionarão um pouco diferentes de sua origem paulista; além de sementes selecionadas — que é a principal atividade da Casa da Lavoura Paulista — levaremos outros insumos, adubos principalmente, pois que a dificuldade do lavrador reside, principalmente, na aquisição do adubo, que, agora, é um negócio que todo mundo está querendo usar em Goiás.

Preocupamo-nos também, com certos produtos veterinários, facilitando a aquisição naqueles municípios mais interiores.

Então, levamos certos tipos de vacinas, para vender mais barato, não para fazer concorrência ao particular, apenas para assistir o agricultor, na hora.

Há o problema da brucelose, em que só o veterinário pode interferir, para resolver. Teremos vacinas para o atendimento ao agricultor, antígenos e outros medicamentos.

A função da Agência é essa, dando ênfase especial a trabalhos de conservação do solo.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Outro ponto que desejava focalizar, para me esclarecer, é o seguinte: O Ministério da Agricultura não organizou e instalou um Laboratório de Análises do Solo?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Não. O Ministério da Agricultura não tem Laboratório de Análise do Solo. Ele está instalando um Laboratório para Sementes, de sementes.

Nós vamos instalar um Laboratório de Análises de Solos. Para não haver paralelismo, eles ficam com o deles, entretanto, nós os usamos, quando deles precisamos, fazendo eles o mesmo em relação a nós.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Exato.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — A Escola de Agronomia tem um laboratório completo de análise de solos. Ocorre, porém, que a Escola de Agronomia está situada um pouco afastada, muitas vezes, o agricultor chega, em setembro ou outubro, na hora do plantio, para analisar uma terra. Quer que a Escola a examine, mas para ir até lá e voltar, parte o seu tempo precioso. E a Escola é mais de pesquisas e ensino. Nosso objetivo é possuir um Laboratório do Estado, para que possamos atender, na hora, para que o interessado vamos dizer, assim leve o adubo sem problemas.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — E o Laboratório de vacinas anti-aftosa que o Ministério da Agricultura possuía?

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Esse Laboratório funcionou por longos anos, como é do conhecimento de todos, muito bem. O que ocorreu foi o seguinte: a indústria privada, hoje, está em condições de atendimento.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Exato.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Ela está apta a atender ao mercado consumidor, fornecendo-lhe as vacinas. Daí, a paralisação do Laboratório, que ficou mais no setor de diagnósticos de certos tipos de doenças.

O Laboratório ficou paralisado, porque não havia razão para o Governo fazer concorrência à iniciativa privada que hoje tem uma série de bons laboratórios que atendem bem a Goiás.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Sr. Presidente, estou satisfeito e, ao mesmo tempo, orgulhoso de ver o trabalho da Secretaria de Agricultura de Goiás através do Dr. Antônio Flávio de Lima.

De forma que desejo congratular-me com o trabalho que vem desenvolvendo no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador João Abrahão.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Sr. Presidente, quero justificar, perante o Secretário de Agricultura de Goiás, a nossa ausência no início da sessão, em virtude de outros compromissos, presidindo outra comissão, nesta Casa.

Quero, também, congratular-me com S. Exa. pela sua presença no Senado da República e dizer mais que, como adversário político, tenho demonstrado todo o interesse em prestar minha partícula de colaboração ao desenvolvimento do nosso Estado e S. Exa. O Sr. Secretário é testemunha da nossa boa vontade em tudo que se faz em benefício do Goiás.

Não pude ouvir sua palestra no início mas desejava fazer uma pergunta talvez insignificante. Vimos agora, pelos últimos esclarecimentos de S. Exa., que o Estado tem procurado dar assistência, contornar os problemas de adubos, de capineiras, da parte técnica e eu perguntaria apenas se o Estado tem em vista algum plano de amparo à produção, principalmente da bacia leiteira de Goiás. E' problema que sentimos de perto, como produtores de leite. O produtor não tem o menor amparo.

Ele se limita a entregar o seu leite por um preço insignificante a intermediários que o vendem por 4, 5 ou 6 vezes, mais o preço por que compram. O leite, no interior de Goiás, é vendido até a 60 ou 80 cruzeiros, enquanto em Goiânia, é vendido a 320 cruzeiros. É um desestímulo à produção de leite em Goiás.

Ora, se o produtor recebe por parte do Governo a assistência, como foi exposto pelo Sr. Secretário de Agricultura, e não encontra amparo à sua produção, também não tem estímulo para produzir. É comum vermos o fazendeiro tirar somente o leite suficiente para o seu consumo, e às vezes para os porcos, ao invés de mandá-lo para a indústria, porque não tem nenhum incentivo. Assim, parece não ter nenhum valor essa assistência técnica de capineiras se não há amparo à produção.

Perguntaria se o Governo de Goiás tem algum plano nesse sentido. Para uma demonstração de quanto o produto não tem tido amparo, nós assistimos à propaganda desenfreada de refrigerantes — coca-cola, crush etc — e achamos que se houvesse interesse do Governo em dinamizar a propaganda do leite, solicitando ao povo tomar mais leite, acredito que seria um trabalho mais útil e teríamos o aumento do consumo desse produto tão necessário à saúde. Perguntaria, então, ao Sr. Secretário se tem em mente algum plano para prestigiar o preço do produto na zona rural.

O SR. DR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Sobre o assunto desejo prestar alguns esclarecimentos.

Ao início desta reunião, aqui nesta Comissão, tive oportunidade de dizer que há outro problema com relação à agropecuária.

Esta tem sido a consagração desses produtos primários e cito o caso dos produtos agrícolas em que, muitas vezes, o lavrador, com muito sacrifício, produz e, na hora de comercializar a sua produção, ele encontra

preços que, em absoluto, não justificam o seu produto.

Se nós transferirmos a área agrícola para a área pecuária de leite, verificamos a mesma situação. Então, o problema é bastante complexo e o Estado, sozinho, na verdade, não tem condições de dar a esse produtor uma cobertura para que esses seus produtos possam ser comercializados à altura.

Aí já passamos à área federal. Tivemos oportunidade, alguns dias atrás, de discutir o problema com o ilustre Presidente da Comissão de Fomento, Dr. José Lefevre. Cuidamos da possibilidade de estudos para se dar também ao leite, um preço mínimo, como medida de defesa desse produtor de leite, se se acolher essa medida; é uma medida complexa e de difícil execução.

De nossa parte, além desta sugestão e como elemento de ajuda, de fornecimento de informações, quando nos procuram e alguns mesmo sem nos procurar, temos provocado esse tabelamento dos preços mínimos, através de reuniões ou mesmo de visitas, como tive oportunidade de fazer, em companhia do Sr. Governador, ao Conselho da SUNAB — SUNABO — pedindo amparo no caso do arroz, no ano passado.

Da nossa parte, no setor estadual, procuramos dar toda cobertura àquela cooperativa de leite que hoje está instalada em Goiânia, e que é uma das soluções do problema de leite naquela bacia leiteira. O responsável pelo Serviço de Cooperativismo da Secretaria de Agricultura inúmeras vezes esteve em Brasília, junto ao IBRA, para conseguir financiamento a fim de que aquela empresa se concretizasse. Muitos dos pedidos tiveram atendimento e, assim, graças ao trabalho modesto do nosso chefe do Serviço de Cooperativismo e da importantíssima ajuda do Ministério da Agricultura e também do IBRA, o qual financiou a complementação da obra, graças a todos esses recursos, foi possível a nós, cooperados, edificar o que ali está. De maneira que a sugestão de uma propaganda do leite, aqui aventada pelo ilustre Senador, será medida de grande alcance, a que nós poderemos propor, num plano integrado com outros órgãos, carne, etc., a lançado em Goiânia e municípios vizinhos, para o aumento do consumo do leite.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Lembramos o seguinte: é mister examinar o problema do intermediário para os produtores de leite, de todo o Brasil, principalmente da bacia do Estado do Rio, que fornecem leite para o Estado da Guanabara e que foram reunidos para uma cooperativa e seus cooperados têm seu pedido de caminhão. Sem isso não adianta o produtor será um escravo e haverá o eterno intermediário.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Cabe a nós ajudar esses cooperados na obtenção de financiamentos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Inclusive, Sr. Secretário, o cooperado iniciado com a frota, desta relação do leite, irá por água abaixo, não irá para a frente. É tão importante a frota do vasilhame que vai buscar o leite do produtor como a própria instalação de pasteurização. E isso é que aconteceu no Estado do Rio e na Guanabara. E a falência da cooperativa de Brasília se deve exclusivamente ao fato de ter caído a arrecadação do leite nas mãos de um dos diretores. O que se constituiu numa rede, malha terrível porque, ele, como diretor da cooperativa, é quem coordena a arrecadação e o transporte do leite, que é pago a 70 e 80 cruzeiros. Os produtores se negam a participar e a produzir por isso; é o nosso caso. A frota tem que caminhar paralela com a vida da cooperativa.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Pediria esclarecimento com relação ao problema da ração balanceada. Eu perguntaria se o governo tem estudado a possibilidade de dar incentivo ou estimular a produção de ração balanceada, que é de efeito muito grande não só para bovinos como para suínos; e perguntaria se a Secretaria tem algum plano nesse sentido, porque, se estamos formando as capineiras, formando a parte técnica e cogitando de vários estímulos à produção, eu entendo que a ração também concorre para estímulo e incentivo ao aumento da produção. A que me parece, no Brasil, há apenas 3 fábricas de ração.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Para ser sincero com V. Exa., não há nenhum plano nesse setor de fábrica de ração. Isto porque achamos nós que, se estimularmos o cultivo de certos produtos que são básicos na produção de ração, vamos interferir numa área de iniciativa que tem muito melhores condições de se desenvolver do que o estatismo. Empreendemos a campanha de diversificação da agricultura, lançada há alguns anos com índices bem modestos, é verdade, e estamos no começo.

Se, com a criação de centros de assistência técnica, promovermos o cultivo, o incremento da cultura de algodão, para a produção de torta — como também a de soja, a de amendoim ou do próprio girassol, elementos importantes na ração proporcionada — estaremos usando matéria-prima local, sem necessidade de importá-la de São Paulo, a fim de que nossas indústrias possam desenvolver-se. Indiretamente estaremos dando matéria-prima às indústrias, matéria-prima de que tanto elas carecem, como a de Inhumas, indústria de familiares, uma das poucas que existem no Estado. Nossas indústrias lutam com a dificuldade na importação de matéria-prima. Só temos uma indústria desenvolvida: a de arroz.

Temos uma boa notícia: este ano, Goiás produzirá torta de algodão em quantidade suficiente para seu rebanho, como também produzir óleo não refinado, o óleo de algodão bruto. A refinaria funcionará na Companhia Nacional de Estamparia, na estrada que vai para o município de Rio Verde, logo na saída de Goiânia. Neste ano teremos produção de torta, produto básico para as razões proporcionadas.

Ora, com o incentivo ao algodão, com a instalação de uma fábrica em Goiânia — digamos assim — haverá possibilidade de outras culturas serem implantadas, porque o grande problema era que não havia comprador. O comprador era paulista e, quando havia boa safra de amendoim em São Paulo, ele não ia comprá-lo em Goiás. Mas, existindo indústria local que aproveita toda a matéria-prima em razão direta ou do rebanho ou da alimentação humana, no caso dos óleos vegetais, agora, com energia mais abundante que está chegando ao Estado, teremos condições para industrialização. Nem se poderia pensar em fábricas de qualquer natureza, quando não havia energia, não havia amparo.

No momento, acho que as perspectivas serão melhores. Já temos a torta de algodão produzida no Estado. Já existe mercado de consumo para a produção de óleo, já temos em Goiânia o fabrico de farinha de trigo, Moimho Goiás.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Eu desejaria só mais uma pergunta com referência a sementes, a Seiretaria tem espalhado pelo Estado órgãos que se preocupam com o selecionamento das sementes. Nós temos a AGRO CERES, que tem prestado relevantes serviços à região, selecionando sementes de milho.

O SR. ANTONIO FLAVIO DE LIMA — Realmente, o trabalho que a AGRO CERES tem prestado ao Município de Inhumas merece o maior lou-

vor. É a primeira produção de sementes de milho híbrido influenciando a melhoria da produtividade desse cereal em todo Estado.

Da parte do Estado temos que dizer que existe uma legislação de sementes, do Governo Federal para a difusão de sementes selecionadas e, este ano, já tivemos alguns resultados positivos nesse setor de sementes selecionadas.

Existe, em Goiás, como eu disse, uma unidade de produção de milho híbrido, em Inhumas, e se está instalando também, numa outra unidade privada. Para a produção de milho híbrido, na Região de Helena, naquelas margens de zona de terras férteis do Rio dos Bois.

Se nós, do Estado ou do Ministério da Agricultura, entrássemos no campo de milho híbrido, levaríamos — a não ser que utilizássemos linhagens de outros Estados, da Rede de Estações Experimentais do Ministério da Agricultura ou do próprio Estado de São Paulo — algum tempo para alcançar aquele trabalho que já vem desempenhando tão bem a AGROCE-RES, no Estado de Goiás.

Preferimos, então, partir para outro setor. Deixamos a produção de híbrido com essas duas iniciativas privadas, para não haver concorrência e matar uma iniciativa que tão bons frutos tem dado ao Estado. No setor de milho, temos procurado multiplicar sementes selecionadas, de linhagem selecionada pelo Instituto Agrônomo de Campinas, com a variedade Maia — 2. É um milho excepcional, cuja vantagem é que pode ser multiplicado pelo próprio produtor e cujo rendimento, em todos os ensaios feitos no Estado de São Paulo, e, também, em 14 ensaios que instalamos em Goiás, este ano, e que estão, agora, sendo colhidos sem tem equiparado, em produtividade aos híbridos. Consequentemente, sem prejudicar a iniciativa privada.

Estamos lançando semente de uma seleção de São Paulo, Campinas, no Estado. Neste ano, a produção já de alguns campos da Secretaria, seja nas suas fazendas, em Itauçu, que é uma belíssima fazenda, ou em Itumbiara, com os fazendeiros, atingirá a 4 ou 5.000 sacas de sementes selecionadas.

Paralelamente, a isso, o Ministério vem multiplicando a linhagem de milho com a linhagem da Escola de Agronomia de Piracicaba. É a "branca", uma linhagem de alta produção, e o Ministério deverá produzir um montante equivalente a esse aí ou um volume de mais de 10.000 sacas de sementes, que entrarão no Estado, e que, se o lavrador tiver cuidado, poderá ele mesmo multiplicar essa semente na sua própria fazenda e colher a sua própria semente. Com pequena seleção, terá ele o milho com necessidade de estar comprando. Quando aparecer uma linhagem melhor, nós, então, colocamos e ele vai sempre melhorando.

No setor de arroz, há problema muito sério. E o Senador deve conhecer. Inclusive, no Município de S. Exa., em tive oportunidade de visitar uma propriedade do Sr. Cirilo, que tem belíssima lavoura de arroz. Esse cidadão foi genro do falecido Sizão. Há problemas ali, como há em outras regiões, de "bruzone" uma doença a que eles dão o nome de "feruagem". Essa doença está causando sérios prejuízos à rizicultura de Goiás.

Neste ano, introduzimos sementes do Estado de São Paulo, sementes resistentes a certas doenças desse fungo causador da "feruagem". Podemos a ventura — e posso mostrar a V. Exas., a hora que chegarmos, no entanto — de ver essa variedade paulista, junto a variedades locais de Goiás, perfeitamente sadias, enquanto as outras estão com as grãos todos atacados da "bruzone", com prejuízo, quebra dos cachos, na ordem de 40%.

Essas sementes que multiplicamos e das quais devemos dispor em cerca de 3.000 sacas, este ano, já foram

multiplicadas, no Estado de Goiás. E aqueles fazendeiros, cujos nomes posso citar, como Astor Borges, ou melhor, o filho dele plantou dessa semente, está impressionado lá, no Município de Rio Verde, com o comportamento dessa variedade, em suas lavouras, em confronto com sementes locais; no Município de Caruana também, uma série de fazendeiros está usando.

Este ano, com a multiplicação que teremos, vamos tentar aumentar a área cultivada com esta variedade. Não queremos absorver tão a área do Estado, porque como V. Exas. sabem perfeitamente, existem agricultores do paiol, e na hora de plantar não quer gastar vinte cruzeiros novos com sacas de sementes, porque semente selecionada não é barata, é cara. Apenas transferimos o custo de São Paulo ao agricultor, fazemos o transporte e damos ao agricultor ao preço de custo. E não devemos dar, porque acho que o Estado não tem que dar nada a ninguém; o paternalismo é contraproducente. Agora, a semente, lamentavelmente é cara, e o preparo, o seu trabalho...

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Mas ela traz lucros.

O DR. ANTÔNIO FLAVIO DE LIMA — Ela traz lucros indiretamente ao Estado. Certo. Mas quanto ao algodão, acho de vital importância para a nossa agricultura. No setor do algodão, toda a semente que está em Santa Helena foi transferida de São Paulo para cá pela nossa Secretaria: 5 mil sacas foram entregues aquela região, sementes de algodão AC-12, inclusive sementes tratadas com inseticida, coisa que São Paulo não arrumava para ninguém. Minas envia para São Paulo, e conseguimos, graças à amizade do Deputado Herbert Levy com o governador estadual e pelo interesse que tem por Goiás, 3 sacas de sementes que foram plantadas em Itumbiara. De modo que nesses três campos — arroz, milho e algodão — lançamos sementes locais, e estamos plantando em Itauçu uma área de algodão, oriunda da Estação Experimental de Patos e do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Sete Lagoas, graças à gentileza do seu diretor que nos reservou uma cota e nos vendeu para aplicação: é um feijão de alta produtividade que rende, em média, três vezes mais do que o nosso famoso roxinho.

Devemos ter seiscentas sacas, para começar, para distribuir aos lavradores. Agora, o de que o lavrador precisa é ele mesmo guardar essas sementes, guardá-las, porque, além de ter um preço bastante caro, é de difícil aquisição. Procedendo assim ele sempre terá sementes e não se defrontará com problema, como o atual. A mesma coisa com relação ao arroz e com o milho.

Com relação ao milho híbrido temos adotado uma outra atitude porque senão seria uma concorrência desleal que iríamos fazer e mesmo iria levar muito tempo para que pudéssemos ter uma organização modelar como a existente em Mato Grosso.

Devemos levar em conta que o Governo está sempre sujeito a injunções políticas: às vezes vem um Secretário do Comércio e diz — ao invés de produzirmos milho, vamos produzir batatas, e aí estraga todo o trabalho que vínhamos desenvolvendo com o milho, por exemplo.

O DR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Entendemos que deve ser do interesse do Estado aumentar a produção de todos os produtos. Assim, entendemos que não é porque vamos prejudicar a iniciativa privada que vamos deixar de avivar essa ou aquela faixa de produção.

O DR. ANTÔNIO FLAVIO DE LIMA — No setor do milho estamos ampliando nossas atividades: dispomos de 10.000 sacas de sementes selecionadas, a preço mais barato e com a mesma produtividade.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Qual a previsão da Secretaria para a produção de arroz e de milho, neste ano?

O DR. ANTÔNIO FLAVIO DE LIMA — No Estado de Goiás, é difícil a previsão. Depende do levantamento de todos os tipos e de todos os lotes. A nossa previsão é modesta em relação ao que se fala. Entretanto, ela representa uma safra muito boa, uma das melhores safras dos últimos tempos, se não for a melhor. Deverá ser a melhor, sem dúvida alguma.

Calculamos a produção deste ano em 16 milhões de sacas de arroz, com casca, sacaria de 60 quilos. Devemos superar a do Rio Grande do Sul. É uma safra excepcional.

A produção de milho está calculada em torno de 12 milhões de sacas de 60 quilos. No ano passado, tivemos 10 milhões de sacas de 60 quilos.

O SR. SENADOR JOÃO ABRAHÃO — Sr. Presidente, agradeço a gentileza do Sr. Secretário de Agricultura do Estado de Goiás, pelos esclarecimentos prestados.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Antes de encerrar os nossos trabalhos, desejaria fazer um apelo a S. Exa. o Sr. Secretário de Agricultura — e para isto enamo a atenção dos nobres Senadores por Goiás — porque se há Estado que lucrará muito com os resultados e objetivos desta Comissão, este será o de Goiás — no sentido de que possibilitasse a esta Comissão, pelo menos, um conhecimento in loco. Temos uma visita programada para Mato Grosso, em princípios de abril, quando conheceremos a Zona do Pantanal. Pediria, assim, ao Sr. Secretário de Agricultura de Goiás que, se pudesse programar — e desde já expressamos a S. Exa. os nossos agradecimentos — tanto quanto possível a nossa visita a duas ou três regiões importantes regiões agrícolas como a região do algodão. Seria importantíssimo que esta comissão tomasse conhecimento de seus problemas.

O DR. ANTÔNIO FLAVIO DE LIMA — Se me permite V. Exa. eu sugeriria também a parte da pecuária, que é também muito importante e tenho a impressão de que do resultado dos trabalhos desta comissão muitos benefícios poderão advir, não só para Goiás como para Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — E também o Rio Grande do Sul. Enfim, a parte da pecuária e a agrícola. Talvez, dos resultados do exame dos problemas nesta comissão venham esses Estados a obter o essencial. Embora continue como base da pecuária brasileira, estão eles sem auferir os lucros sadios para seus investimentos.

Desejo ainda chamar a atenção do Sr. Secretário da Agricultura, Dr. Antônio Flávio de Lima, para o fato de que esta palestra que está sendo gravada e será taquigrafada, V. Exa. naturalmente receberá a transcrição dos trabalhos taquigrafados e poderá fazer uma revisão, tendo então ensaio de melhorar os dados técnicos para o futuro relatório da Comissão, no seu trabalho final. Poderá V. Exa., inclusive, complementar, se achar necessário, porque achamos a exposição de V. Exa. magnífica e verificamos que estamos lidando com um homem de pé na terra, pois hoje é essencial que o homem saiba pisar firme, sabendo o que está fazendo, sem demagogia e sem excesso de palavreado que, muitas vezes, prejudica o nosso País com os tecnocratas que, em geral, não correspondem, na vida comum, ao imperativo que o Brasil exige no momento.

Quero, então, congratular-me com V. Exa. com o Estado de Goiás com seus Senadores aqui presentes pelo ótimo Secretário de Agricultura que, realmente, sente a responsabilidade

dos problemas que estão afetos à sua pasta naquele Estado.

O DR. ANTÔNIO FLAVIO DE LIMA — Antes de encerrar, desejo, em nome do Governo do Estado de Goiás, agradecer a oportunidade que me foi dada de comparecer perante tão brilhante Comissão para prestar depoimento sobre a situação agropecuária goiana. Nesta oportunidade desejo, em nome do Governo, dado o interesse da Comissão em visitar o nosso Estado, convidá-los a irem a Goiás para uma visita a essas regiões, dependendo, naturalmente, de estudos da Comissão a época ideal para essa visita. Eu tomo a liberdade de sugerir o mês de maio próximo, por ocasião da Festa do Algodão a realizar-se no município de Santa Helena, nos dias 19 e 20, festa que tem o patrocínio do município, da Secretaria de Agricultura, de particulares e fazendeiros. Seria a oportunidade ideal de visitar uma das zonas mais importantes do Estado pois encontrarão as lavouras algodoeiras na sua fase de colheita, com o seu aspecto mais bonito. Poderíamos visitar, também, o município de Inhumas, terra do nobre Senador e um dos municípios mais importantes do Estado e, em seguida, de avião, o Oeste e a região pecuária às margens do Araguaia.

Seria uma época boa, porque estamos ainda sem aspecto da seca, e não temos muitas chuvas.

Desejo deixar com V. Exa. Sr. Presidente, o meu modesto Relatório, dando as atividades da Secretaria, bem como algumas informações sobre as previsões das produções já previstas, aqui, para esta safra.

No mais, o meu muito obrigado a todos e espero que V. Exas. venham até Goiás para uma visita, na primeira oportunidade que tiverem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Em nome da Comissão, de todos os seus Membros, aceitamos o convite para visitar o Estado de Goiás, onde poderemos continuar as nossas observações.

Muito obrigado ao Dr. Antônio Flávio de Lima.

ANEXO DA ATA DA 7ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 1968

Integra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DIVIDAMENTI AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Há número legal. Está aberta a sessão.

A presente reunião foi convocada para ouvirmos o Sr. Herbert Levy, Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

S. Exa. primeiramente fará uma exposição sobre a pecuária e a agricultura daquela Unidade da Federação, como também em relação à situação nacional, pois o nobre Secretário da Agricultura paulista já ultrapassou o âmbito estadual, é um homem nacional. Depois da exposição, S. Exa. será submetido à arguição dos Membros desta Comissão, e para isto, cada um disporá de 10 minutos.

Com a palavra o Sr. Herbert Levy.

O SR. HERBERT LEVY — Sr. Presidente, Senador Corrêa da Costa, Srs. Senadores, Srs. Deputados desta Comissão Mista, atendo com prazer a vossa convocação para dar um depoimento sobre a situação da agricultura e sobre a pecuária, de um modo geral, no país, e, especificamente, apresentar dados sobre o Estado de São Paulo.

Ninguém ignora que a economia rural no Brasil encontra-se defasada dos demais setores de atividade. Houve uma sucessão de administrações que não se preocuparam devidamente com esse setor. Frequentemente insistiram na orientação de proporcionar alimentos e outros produtos diretamente do

produtor para os consumidores, sem cuidar-se da produção, sem que se fizesse um esforço, no sentido de melhorar os meios rurais, já que aí predominava o empirismo. E uma posição de prosperidade foi gradativamente se deteriorando, atingindo o homem rural.

Não posso contestar que todos nós podemos testemunhar que, hoje, a família rural, no Brasil, está marginalizada daquilo que costumamos chamar comunidade cristã, porque não tem as mínimas condições de segurança e conforto essenciais à própria dignidade da vida humana.

Todos nos lembramos, em São Paulo, de que há algumas décadas, as casas dos colonos eram bem arrumadas, com cortinas e flores nas janelas; as famílias, as crianças, bem alimentadas, bem vestidas; o colono, com o seu pé-de-meia que lhe permitia ir adquirindo o seu sítio, e, quantas vezes, a sua fazenda, ou se transformando num grande capitão de agricultura, como é o caso do colono e imigrante Jeremias, do Nordeste, que foi o maior fazendeiro do País.

Então, quando há condições de preço, sobretudo, quando há orientação de política econômica e equitativa para o meio rural, ele se desenvolve, prospera. Num País como o nosso, realmente, não se pode falar em escassez de alimento. Sempre que há condições satisfatórias para o produtor, podemos contar com o esforço que for necessário e com a produção boa. Podemos, sim, correr sempre o risco da superprodução; nunca, porém, o da escassez de alimentos no Brasil.

A escassez só pode ser consequência desse desânimo total quando, num período longo como nos últimos anos, vários setores da produção os preços dos produtos não sobrem os custos da produção.

Podemos ter uma idéia exata, através de cifras, do que representa a perda do poder aquisitivo no meio rural, através de alguns dados compilados pela Secretaria de Agricultura, do que, no momento, acontece no Estado de São Paulo.

Verifica-se, por esses dados, em primeiro lugar, o decréscimo da produção agrícola *per capita* da população rural no Estado de São Paulo, — notem bem, — o mais adiantado da Federação, expressa em dólares e em cruzeiros de 1968. Mostra que em 1967, houve uma perda de terreno até mesmo em relação ao período 1953-1957. Isso apesar de ter melhorado a produtividade em São Paulo. Melhorou a produtividade e caiu a produção *per capita*.

Essa produção que era, em 1953-1957 de US\$ 258,00, tendo ascendido ao máximo em US\$ 319,00, em 1963, em 1967 baixou para US\$ 250,00.

Posso comunicar a esta comissão que estou com os dados com o levantamento mais recente pela própria Divisão de Economia Rural os dados de 1967 foram retificados para 259 dólares, mas os de 1968, por uma base de estimativa, reduziram-se a 240 dólares...

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO Depois de estar em 319.

O SR. SECRETÁRIO HERBERT LEVY — Depois de ter atingido 319, em 1963; 313 em 1965. *Pari passu* nós aqui temos um índice que demonstra de forma mais impressionante o empobrecimento do meio rural, a perda do poder aquisitivo, (quadro nº 2). — Unidade de produto agrícola necessária para adquirir um trator forte, — em 1963 eram necessárias 763 sacas de arroz em casca para comprar esse trator.

Em 1965, e aqui está a consequência da política adotada no Governo anterior, em 1965, safra abundante, embora breceu o lavrador. Então, tivemos 1.568 sacas de arroz para comprar esse trator.

Não é preciso dizer o que isto representou de desencorajamento para a produção rural. Em abril de 1967 — 867 e em agosto — 687.

Aqueles que acompanharam o trabalho que realizamos em São Paulo vão saber o porquê desta melhoria. Na safra do ano passado oferecemos armazenamento e financiamento para todas as safras dos Estados. E isto vinha garantindo o financiamento na era crucial da colheita, e pela primeira vez os produtores não foram explorados terrivelmente na hora da colheita.

Em plena colheita o arroz em casca subiu para oito cruzeiros em três dias. Quanto ao Secretário da Agricultura foi ao rádio e a televisão garantindo o armazenamento, porque fizemos mobilização de armazéns em todo o Estado. Mobilizamos casas agrícolas do interior de São Paulo, técnicos da Secretaria da Agricultura, cooperativas, sindicatos rurais, estradas de ferro e, ao fim de um mês, o Secretário recebia dados que me permitem afirmar de público que garantiu o financiamento de toda a safra de São Paulo e Estados vizinhos e o financiamento pelo preço mínimo.

A consequência é que, em plena colheita o preço do arroz em casca subiu de oito para deztois cruzeiros em saca sem qualquer prejuízo para o consumidor que já estava pagando preço menor.

Mas os intermediários já haviam se abastecido comprando na Bacia das Almas, para depois vendê-lo com margem de lucro absurdamente escandalosa.

Então, houve esta melhoria no poder aquisitivo em relação ao arroz.

Em relação ao milho, em 1953 — como se verá pelo quadro — eram necessários 668 sacas de milho para comprar esse trator. Em 1967, eram precisas 2.199 sacas.

No café beneficiado, nós encontramos talvez a pior depressão. Enquanto que, em 1953, 68 sacas de café beneficiado compravam um trator, em abril de 1967 eram necessárias 435 sacas, e, em agosto, 354 com uma pequena alta de preço que ocorreu e que, nem por sombra, corresponde ao aumento de custos.

No amendoim, aconteceu a mesma coisa. De 1.863 sacas, 2.303 — uma proporção um pouco menor.

No algodão, de 1.532 arrobas, 2.565 arrobas.

Então, a moeda do agricultor encolheu. Porque a moeda do agricultor é o seu produto. E encolheu de maneira impressionante; como vemos, mais de seis vezes, em relação ao café; cerca de três a quatro vezes em relação ao arroz — e por aí fora.

Não é de estranhar que, em consequência, como indica o Quadro 3, a renda bruta da agricultura paulista que ascendeu em 1963 a 3 trilhões, 434 bilhões de cruzeiros, tivesse baixado em 1967 para 2 trilhões, e 686 bilhões de cruzeiros. Apesar, repito, de uma melhoria constante na produtividade. Vou deixar também estes quadros atualizados com a Comissão; estes ainda são inéditos, recebi apenas há dois dias.

Os quadros atualizados retificam, em cruzeiros de 1967, a estimativa de 1967, que era de 2 trilhões e 686 bilhões; foi retificada para 2 trilhões e 845 bilhões. Mas a estimativa em 1968 em cruzeiros de 1967, fixou-se em 2 trilhões e 640 bilhões de cruzeiros. Puer dizer que aqui também verifica a queda acusada na renda global da agricultura no Estado de São Paulo.

(O Sr. Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, passa à apresentação de Gráficos).

Esses dados estão a indicar, claramente, que a política anunciada pelo Sr. Presidente da República precisa ser consubstanciada em fatos e em atos. Essa política prioritária no sentido de reabilitar a economia rural realmente precisa ser alicerçada. Há um fato positivo e o crédito deve ser dado à União. E' que, no ano passado, tivemos o melhor financiamento rural de que temos notícia. O Presidente do Banco do Brasil esteve muito atento ao problema no Estado

de São Paulo e o mesmo ocorreu com relação ao Banco do Estado. E o Secretário da Agricultura nas suas frequentes saídas para o interior, nas várias regiões do Estado, sempre teve notícia de uma deficiência de crédito nesse setor da produção. Em questão de horas resolveu problemas satisfatoriamente, na direção do Banco do Brasil com atendimento pleno e podemos afirmar, sem receio de engano, que o atendimento, em matéria de financiamento, o ano passado, foi melhor do que em qualquer outro ano.

Alguns produtores registraram preços melhores, como os produtores de arroz, o mesmo não se podendo dizer relativamente ao café, porque cresce a 10 milhões de brasileiros, distribuídos pelos 478.000 produtores em todo o País, com seus dependentes, com os colonos, mas não chegamos a uma cifra aproximada de 10 milhões de brasileiros que vivem do café.

Os preços fixos no setor anterior não cobriram as despesas nem mesmo para as lavouras mais produtivas do Estado.

Houve um "deficit", porque a média das lavouras sofreu depauperamento sem precedentes e, pela primeira vez, registraram — 13 processos produzidos pela mão de obra ociosa em proporções às vezes inquietantes.

O que se diz da hipótese da agricultura paulista absorver os braços dos nordestinos? Não havia cálculo para a mão de obra local. Houve elementos objetivos que merecem ser mencionados. Em 1966, para se comprar uma roupa de algodão pagava-se trezentos cruzeiros antigos.

Em 1967, apesar do aumento do custo de vida verificado, o preço pago para colheita de uma arroba de algodão foi de NCr\$ 0,70, ou seja, quase a metade do pago no ano anterior.

Como verificamos, subiu extraordinariamente o custo de vida mas a remuneração do trabalhador reduziu-se quase a 50%, precisamente devido à abundância da oferta de braços, o que permitiu ao lavrador pagar preços mais baixos e ele próprio, pressionado por uma situação de preços muito abaixo do custo, que foi o que ocorreu com o algodão nos dois anos anteriores.

De forma que essa situação de mão de obra ociosa não pode deixar de nos preocupar.

Sabemos que, na medida em que aumenta a produtividade no início rural, há uma tendência natural a liberar mão de obra, toda vez que a agricultura se aperfeiçoa, ela precisa de menor volume de mão de obra. Mas, o que ocorreu nesses dois anos anteriores foi, na verdade, uma pressão muito grande sobre o produtor rural, e a corda arrebentada do lado mais fraco: o trabalhador.

O que assistimos foi o fato de os lavradores quererem rapidamente se livrar dos encargos sociais impostos por lei, por não terem condições econômicas para satisfazê-las.

Então o trabalhador, que tinha uma vida razoável, embora infinitamente abaixo do colono — como eu disse, há três décadas — o trabalhador era forçado a retirar-se da propriedade para não se tornar um empregado — com as regalias sociais — foi-se criando esse sistema deplorável de localizar-se os trabalhadores à margem das cidades, o que está acontecendo, amplamente, no Estado de São Paulo, repito, Estado em melhores condições econômicas. Então, criamos verdadeiras favelas ao redor das cidades do interior e cria-se, pela primeira vez, em nosso Estado, o sistema de recrutamento, organizado, de trabalhadores às margens das cidades, que são transportados em caminhões, em condições inteiramente inadequadas, que realizam sua tarefa, quando existe tarefa a realizar, quando há emprego, quando há remuneração, e,

em seguida, regressam às casas das favelas, dessas cidades.

Houve uma involução indiscutível na situação do trabalhador rural, precisamente porque, sabemos nós, o econômico é insuperável do social e a pressão feita sobre a economia rural, evidenciada por esta tremenda queda de poder aquisitivo, que os danos que citei há pouco demonstram, pressionou o trabalhador rural e a sua família.

Dai, temos de reconhecer, lealmente, honestamente, que o que ocorre, no momento, é uma gravíssima marginalização da família rural...

O SR. DEPUTADO JOSE MANDELI — Exato.

O SR. HERBERT LEVY — ...que está privada dos elementos mais indispensáveis à segurança e à dignidade mesma da vida humana.

Poderia eu limitar-me a estas palavras a minha exposição preferível, seria responder às palavras dos Senhores Senadores e Deputados, mas gostaria de acrescentar que estamos realizando, no Estado de São Paulo, conforme os dados do relatório que me permito oferecer à Comissão, estamos realizando um esforço concentrado no sentido de corrigir as distorções e melhorar as condições de produtividade em todo o Estado. Estamos abrindo dezenas de frentes, para cuidar de coisas inteiramente esquecidas, inteiramente abandonadas, como é o caso da pesca. A pesca está — e creio que em toda parte — a cargo da Secretaria de Agricultura. Era um zero à esquerda. Encontrei condições preteritantes inenarráveis, de tão primitivas. Encontrei, por exemplo, no porto pesqueiro de Santos, por onde se processa a quase totalidade do desembarque de pesca no Estado de São Paulo, encontrei situações dessa ordem: em primeiro lugar, um suprimento de 50 mil litros de água por dia, mal suficiente para lavar o entreposto. Então, não havia água limpa, nem água doce para lavar os 300 barcos-artesaniais. Dispomos ainda de barcos-artesaniais, saliento. O resultado é que esses barcos eram levados, se é que se pode usar a expressão, eram lavados com água poluída, altamente poluída, do estuário. Assim, os barcos já voltavam para a pesca contaminados. O primeiro pescado que era vendido também se contaminava. Nessas condições, havia deterioração.

Porque, não havia nenhuma noção correta, na manipulação do pescado; para colocá-lo nos mercados, precisava-se de uma série de exigências para armazenamento dos pescados.

Esses peixes, frequentemente, eram apertados friccionados, ficando assim ligeiramente feridos, o que contribuía para a sua deterioração, também. Chegando ao porto de pesqueiro eram ainda descarregados manualmente, em baldes. Esses baldes, pelas exposições dos técnicos da Secretaria, ficavam expostos, permanentemente, ao sol. Esses peixes eram levados então, com um pouco de água fresca disponível, e lavados com a água que estava a uma temperatura muito inferior à necessária. Com isto, o peixe sofria um choque térmico e então — o coitado do peixe — para chegar, em boas condições até o mercado, ele passava primeiro por várias formas, que iam contribuir para que ele lá chegasse em más condições.

Gostaria também de salientar as condições elementaríssimas em que se encontravam vários portos de pesqueiras, em São Paulo. Só agora é que estão sendo tomadas as providências e há uma colaboração eficiente entre a Secretaria da Agricultura e CEASA. E devo dizer que as autoridades federais têm-nos honrado com a presença em todas as discussões com o empresário. Realizamos mesa-redonda das quarenta coisas diferentes, desde a pesca até a agricultura, produção de mel de abelhas, suinocultura, poluição de rios, todas as

frentes a que me referi, que estão sendo abertas.

Não podia ser de outra forma, eram tantas as omissões, distorções que tínhamos que tomar essas iniciativas, com a audiência de todos os interessados, em cada setor.

No caso da pesca a primeira reunião contou com a presença de mais de 300 pessoas, elementos da cooperativa, dos armadores, de técnicos da cooperativa, elementos da área federal, pescadores independentes, firmas independentes, etc., e na discussão resultante é que os problemas vieram à tona as imensas deficiências conhecidas para serem corrigidas.

Hoje, em vez dos 50 mil litros de água por dia, o que não dá para lavar barco algum, há 1 milhão e 500 litros, por dia. Em vez de uma tomada de água apenas — era o que tinha o porto inteiro — temos um número suficiente para lavagem dos 14 barcos, algumas condições básicas elementares que foram tomadas.

A concorrência para construção do equipamento mecânico para descarga já foi feita e teremos o assunto resolvido. O primeiro problema do programa da pesca era de apanha. Enquanto tivéssemos resolvido essa parte, tínhamos, de imediato, a médio prazo e a longo prazo, produto de umas doze messas-redondas, que realizamos, em que os assuntos foram estudados com seriedade, com objetividade. E agora estamos em condições de aparelhar este setor eficazmente.

Mas não poderíamos sequer cuidar de armar os barcos artesanais do que dispomos, com o equipamento moderno que permite a localização dos cardumes, que é o eco-sonda, o radar, o sonar, etc., isto porque não adiantava apanhar mais peixes porque, frequentemente, quando as pescarias eram abundantes, não havendo uma distribuição adequada e não havendo frigorificação disponível, os pescadores jogavam o peixe de volta ao mar, jogavam fora.

Então, agora, estamos cuidando da apanha e, *pari passu*, estamos utilizando as negociações financeiras para financiar um novo frigorífico de pescado com capacidade para 1.500 toneladas, porque tínhamos apenas, em São Paulo, na CEASA, nominalmente, 325 toneladas de estocagem. Mas a verdade é que o frigorífico não funciona: gastou-se dinheiro para construir, jogou-se dinheiro pela janela. Em consequência não tínhamos capacidade de frigorificação para 150 toneladas de peixe. Então, veja-se a situação: consumimos 200 toneladas em média em São Paulo, e temos capacidade de estocagem inferior a 150 toneladas. Então, não se poderia armazenar pescado.

Quando havia uma tempestade no mar — e havia com relativa frequência — se esta tempestade durasse dois, três ou quatro dias, havia o colapso no abastecimento de pescado.

Estas condições elementares são problemas que encontramos. Estamos tentando obter financiamento para elevar para mil e quinhentas toneladas, por esta forma teremos resolvido o consumo da Capital por uma semana.

O problema da pesca é problema integrado, quando falamos em agricultura, em pecuária, não podemos esquecer a pesca, que é outro setor que está vinculado a essa área.

Temos três problemas — a pesca, a frigorificação e a distribuição. Os Srs. têm idéia da importância desta tribo.

O CEASA, Centro Estadual de Abastecimento, está subordinado à Secretaria de Agricultura em nosso Estado.

O CEASA inaugurou há poucos meses, um entreposto na cidade de Araraquara. O consumo verificado nesta Região de Araraquara era de três toneladas e meia, por mês. Inaugurado o entreposto, um mês depois o consumo foi para quarenta toneladas.

O mesmo fato se reproduziu em Olímpia, onde o consumo verificado era de duas toneladas e meio por mês. Inaugurado o entreposto de distribuição do pescado, ao qual se seguiu a instalação de uma rede de carros e carrinhos de distribuição de peixe, de duas e meia toneladas em trinta dias, passou a quarenta e cinco toneladas.

Ora, como o problema de mercado abundante é da maior importância, na história pesqueira, porque na medida em que se pudesse aumentar a faina de pescar, porque o mercado é mais amplo, ele se barateia, e mais ainda na medida em que modificarmos aquelas condições elementares, poupando a deterioração imensa do pescado. No CEASA, por exemplo, são rejeitados, por noite, muitas toneladas de peixe com grande prejuízo, porque já pagaram o gelo, o transporte, foram até São Paulo, e são rejeitados porque se tornaram impróprios para o consumo.

Então é fácil imaginarmos quanto o consumidor tem que pagar para cobrir todos esses prejuízos, consequência dessa infra-estrutura primária e cheia de erros os mais palmares que encontramos. Assim na medida em que solucionarmos esses erros, essas falhas, na medida em que devemos ampliar a capacidade de consumo então estamos, automaticamente, criando condições para baratear o preço do peixe.

É um fato sem explicação o peixe ser mais caro do que a carne, quando sabemos que o peixe cuida de si até à hora de ser apanhado enquanto que o boi sabemos o que custa, os gastos desde que nasce, o sal, o retiro, o emprego etc. Não tem portanto, sentido o que ocorre no Brasil. No mundo inteiro o peixe custa a metade do preço da carne e aqui chega a custar o dobro.

São estas distorções consequências de falhas elementares e convém que sejam salientadas.

Estão, sanadas estas falhas elementares, vamos partir para a segunda fase.

O SR. DEPUTADO JOSE MANDELL — Gostaria de pedir um esclarecimento, que seja, o pescado pescou fora ou é industrializado para farinha de peixe?

O SR. HERBERT LEVY — Da parte que está em melhores condições é aproveitada para farinha de peixe, para ração animal, o que dá apenas o aproveitamento de uma fração de seu valor. Mas, a parte considerada deteriorada, não pode sequer ser usada para farinha de peixe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Gostaria de prevenir que as perguntas devem ser feitas depois da exposição do Sr. Relator, a fim de que possamos organizar os nossos trabalhos.

O Deputado José Mandell já está inscrito em segundo lugar para formular as perguntas que desejar.

O SR. HERBERT LEVY — Primeiro instalamos, em Santos, uma escola de pesca, inclusive para ensinar a manipulação do pescado aos tripulantes que não sabem manipulá-lo devidamente. Mas, só poderia tornar obrigatória a escola do tripulante de cada barco depois de corrigidas aquelas falhas elementares a que fiz referência ainda há pouco. Mas, já temos 120 e tantos tripulantes que já fizeram curso de emergência, de 3 semanas intensivas, e que já pusemos à disposição, também, através do Almirante Muniz e Souza, para outros portos brasileiros.

Oferecemos algumas dezenas de vagas para que tripulantes de outros portos possam fazer o mesmo curso e projetar, assim, a apanha em outros portos brasileiros.

Então, só agora é que estamos em condições de encorajar e financiar a introdução de pares técnicos modernos, como eco-sondas, sonares etc., porque era inútil, antes disso, já que

se apanhassem mais peixe, jogariam fora.

Atacando, portanto, a primeira fase, que é a apanha, segundo, que a frigorificação, pretendemos cuidar da terceira a mais importante, que é a distribuição. Pretendemos transferir a ela em importante distribuição, com carros frigoríficos para que o produtor tenha um produto em melhores condições. E não há dúvida que estabelecemos bases para o aproveitamento da riqueza do mar, ao mesmo tempo que cuidamos do interior. Estamos semando as represas da CESP com várias espécies de peixes que mandamos buscar em todo o país e também de camarões de água doce, para que essas regiões se desenvolvessem nesse setor, possibilitando não só melhores condições para o amador, mas, também, para que se possa fazer o abastecimento do interior.

Adotando, assim, um plano integrado, como já temos pronto para pô-lo em execução, eis que vamos responder, objetivamente, ao fato de estarem aí dezenas de navios soviéticos e de outras nacionalidades apanhando a nata dos nossos cardumes, enquanto ficamos com as sobras. Mas a resposta não são manchetes de jornais gritando contra isso. A resposta é o trabalho técnico nas bases em que estamos fazendo em São Paulo, onde abrimos quarenta frentes para por em ordem elementos incriveis de desorganização no setor. Por exemplo: a criação de coelhos. Na Mesa Redonda que realizamos ouvimos queixas dos criadores contra os industriais, de toda ordem. Afinal, verificamos que os criadores estavam jogando as peles de coelhos fora. Não sabiam como tratá-las, nem a elas davam valor. Enquanto isso, os industriais importavam de um milhão e meio a dois milhões de dólares de peles do exterior. Estabelecemos o entrosamento de industriais e produtores com os técnicos da Secretaria e os ensinavam aos criadores como preparar as peles. Como estas têm um valor apreciável, isso trouxe um grande estímulo à criação de coelhos, e está sendo providenciada a preparação de quinhentas matrizes para evitar os riscos da consanguinidade.

Assim, os setores vão-se ajustando e, através de debates entre todos, os problemas vêm à tona e são procurados meios de equacioná-los e resolvê-los, como estamos fazendo. De maneira que basta isso para explicar o que estamos fazendo em São Paulo, depois de já ter dado a nossa opinião sobre o empobrecimento do meio rural nacional. Realmente, há necessidade de orientação prioritária que nos permita restabelecer o poder aquisitivo do meio rural, sem o que, desenvolvimento industrial, desenvolvimento econômico serão precários. Eles não podem ser desarmônicos; assim como não podem ser desarmônicos no aspecto regional — e daí o empenho em elevarmos o nível de outras regiões do Brasil — também não podem ser desarmônicos no aspecto setorial, em face das outras atividades comerciais e industriais.

Encontro-me, no momento, na pasta da produção rural, em São Paulo, e quero evidentemente, aos meus colegas da Câmara e aos Srs. Senadores, trazer aqui alguns dados de realidade, para que possam orientar e informar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra, por dez minutos, o Senador José Ermírio, primeiro inscrito.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Sr. Presidente, ilustre Deputado Herbert Levy, inteligente e capaz Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo,

Ouvimos a exposição de V. Ex.^a e, para melhor ainda ajudar o Brasil, aqui estão dois deputados — um do Rio Grande do Sul, outro de Santa Catarina — regiões férteis e que continuam talvez em piores condições que o Estado de São Paulo. Portanto, devem aprender muito e promover, nos seus Estados, a melhoria da pesca o que é muito importante.

V. Ex.^a fez já um estudo apurado sobre os produtos agropecuários. Algumas das minhas perguntas já foram, portanto, respondidas. No entanto, a primeira é a seguinte:

Primeira pergunta: V. Ex.^a tem-se manifestado sobre a diminuição do poder aquisitivo da população rural, quer pela diminuição do poder de aquisição por parte dos produtos agrícolas na compra dos equipamentos industriais, quer pelo valor da diminuição da produção *per capita* da população rural.

Que providências V. Ex.^a julga acertadas para melhorar, a curto prazo, esta situação?

Pergunto a curto prazo porque, a longo prazo, nós sabemos que se pode fazer alguma coisa. O fato é que a condição rural do Brasil está realmente diminuindo o seu valor, empobrecendo a zona rural. V. Ex.^a já deu várias sugestões.

Segunda pergunta: Quais seriam os preços mínimos para o café, milho, feijão, soja, algodão, arroz e batata para desenvolver o aumento da produção destes produtos tendo em vista, também, as sobras para exportação?

São produtos que anualmente se refazem, no Brasil, mas, ao que parece, ainda não foram colocados nos devidos termos os seus preços mínimos. V. Ex.^a poderia nos informar sobre essa parte?

O SR. HERBERT LEVY — Temos estudos feitos sobre os preços mínimos de todos os produtos que são incluídos na política dos preços mínimos. Esses preços variam em função da paridade internacional, mas também variam por outras razões que são de orientação do Governo Federal, do Orçamento Monetário. Aí então é que encontramos, realmente, o primeiro ponto importante: os preços mínimos são assim chamados inadequadamente, porque, na verdade, é que representam o teto, já agora, felizmente, houve uma melhoria evidente. Trata-se de financiamento de sustentação. Haveria toda vantagem na troca de nome, para não criar essa reação psicológica negativa junto ao pequeno produtor, que não tem muita noção das coisas. Para ele, preço mínimo passa a ser preço máximo e ele deixa de aproveitar o que significa, na verdade, preço mínimo. Isto é, financiamento para que ele possa acorrer às suas responsabilidades, na hora da colheita, e aguardar melhor oportunidade para negociar seu produto.

Acho que haveria toda vantagem de mudar essa orientação. Financiamento de produção, financiamento de apoio, outra coisa qualquer, mas mudar, porque isso facilita a exploração do produtor pelo intermediário.

O que tem acontecido, por exemplo, com o café, é qualquer coisa de profundamente inconveniente. Nós, na Câmara, tivemos oportunidade, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, de levantar esse problema. Não se pode corrigir a superprodução na base de preços que fazem a ruína do produtor. Porque, por incrível que pareça, o que está sendo feito agora é isso: o cafeicultor, para não ser encorajado a plantar, recebe preço de miséria. Daí todas as consequências negativas, como ocorreu no meio rural. Em São Paulo foi assim, no Paraná também. No Paraná foi pior devido ao desemprego.

São Paulo sofre as consequências. Recebemos várias vezes enormes de trabalhadores que vêm do Paraná, desempregados, expulsos da cafeicultura,

Temos, em matéria de café, um preço internacionalmente magnífico, mas temos uma retirada de 60% e agora mais 60% do valor que é retido pela União.

Quando havia grandes safras e grande superprodução, o Governo era obrigado a retirar os excedentes e armazená-los.

Agora, entretanto, as safras não têm sido suficientes para cobrir a totalidade do consumo da exportação que atinge a 26 milhões.

Em todas as atividades rurais as lavouras de produção maior, no ano passado, com preços pagos, foram deficitárias. Nem é preciso indagar do que ocorreu com a grande massa de produtores: ruína.

Devemos partir para uma política cateleira que tenha aspecto permanente, ao invés de combatermos a superprodução, com preços ruins. Devemos combater com disciplina, como se fez com o açúcar, é preciso disciplinar o plantio.

Devemos partir para uma política mais agressiva em matéria de café solúvel.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Muito bem.

O SR. HERBERT LEVY — Não devemos pautar a política do café solúvel senão pelas linhas que correspondam aos grandes interesses nacionais.

Vou aproveitar a oportunidade, pois que quero acentuar sugestões que fiz e que não compreendo porque ainda não lograram influenciar a orientação que devemos adotar nesse sentido.

Sou de opinião que deveríamos oferecer à indústria de café solúvel dos Estados Unidos da América do Norte, da Europa onde quer que ele esteja localizada, as seguintes condições: pagarmos todas as despesas para desmontagem dessas indústrias nos seus países de origem; pagarmos todas as despesas de transporte dessas indústrias — e sua maquinaria — para o Brasil. Notem que não é muito difícil tirá-las desses países porque o emprego de mão de obra é muito pequeno, de vez que é uma indústria muito automatizada. Devemos, também, pagar as despesas de instalação aqui e, ainda, dar 5 anos de isenção de imposto para essa indústria, para quem quer aqui. Por que? Porque se trouxermos essa indústria que consome 4 milhões de sacas de café — e sabemos que o café brasileiro não tem sido utilizado para a composição de solúvel lá fora, de vez que 86% do café utilizado é de origem centro-americano ou colombiana e 20% de café robusto, africano, e, então, o café brasileiro está excluído. Se trouxermos essa indústria para cá e pagássemos as despesas e dessemos todas as isenções de impostos por 5 anos — e se não for suficiente dariamos 10 anos — iríamos, com isso, criar condições para que se tornasse a oferta brasileira irresistível, porque temos mais de 50 milhões de sacas de café de estoque. E o que vai acontecer: no primeiro ano, tivemos 4 milhões de sacas, de estoque, que não estamos exportando mesmo, porque não o estamos fornecendo para o solúvel. Com esses 4 milhões de sacas que tirarmos do estoque, pagaremos todas as despesas feitas e nos sobrarão 70 milhões de dólares, no primeiro ano. No segundo, sobrarão 200 milhões, integralmente, e deixaremos de pagar armazenagem desse café e ele deixará de deteriorar-se crescentemente, como está acontecendo.

Então, aumentamos, extraordinariamente, a nossa exportação, a conquista de divisas e diminuímos as nossas despesas de armazenagem de um estoque que pesa sobre a economia brasileira.

Querem os Senhores ver o que é o café solúvel feito com café brasileiro? Estava eu, há três meses e pouco, no Japão, com um grupo de Depu-

tados brasileiros, e, lá, assistimos, e até o patrocinamos ao lançamento, por uma firma, a Mogiana de um café 100% brasileiro, solúvel.

A firma ia fazer grande campanha de propaganda, ia gastar um milhão e setecentos mil dólares, e nos mostrou o que pretendia realizar. E a ajudamos a mostrar o café solúvel 100% brasileiro.

A propósito, devo dizer o seguinte: eu tomei o café, o mesmo o fizeram os outros Deputados. O fato é que — e peço, neste passo, licença aos Senhores Deputados do Paraná, para declarar que, mesmo sendo o melhor o café solúvel feito com café Paraná, relativamente baixo, tipo 5-6 — foi o melhor café que tomamos fora de São Paulo café 100% brasileiro, solúvel.

Os fabricantes estavam em dúvida, porque iam lançar produto 30% mais caro que o existente no mercado, pois os fabricantes estavam comprando café brasileiro café mais caro que o africano. Tinham os japoneses feito pesquisa do mercado e estavam bastante confiantes, mas queriam sentir o resultado na prática.

Eu assim lançado o café solúvel 100% brasileiro. O resultado foi espetacular. O café conquistou logo a preferência dos consumidores. No fim de dois anos a firma japonesa produtora quintuplicou a produção. Têm V. Exas., aí um teste da realidade. O café brasileiro é mais aromático, mais saboroso que o colombiano. Este dá maior número de xicaras, é mais neutro, é chamado "mais mole". O nosso café é mais saboroso e, em matéria de solúvel, isto é que vale.

Vejam os nobres Membros da Comissão: temos 50 e tantos milhões de sacas em estoque. Estamos impondo preço de ruína à cafeicultura. Temos de agarrar a oportunidade com as duas mãos, se formos agressivos, trazendo toda essa indústria para o Brasil, defendendo o nosso interesse, porque as indústrias que aqui se encontram terão as mesmas condições, irão concorrer com as outras. Não haverá privilégios, é, sim, imensa vantagem para a Nação. Daí porque não entendo como, não se tem adotado ainda, em matéria de café solúvel, esta orientação. Iriamos dar um pulo vertiginoso na produção de cambiais e resolveríamos o problema da superprodução cafeeira.

O SR. DR. HERBERT LEVY — De maneira que, eu me descupe se me alonguei neste caso do café.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Foi muito interessante o caso do café. Temos também o caso do milho V. Exa. poderia informar sobre o assunto. A Comissão vai elaborar um

lho V. Exa. poderia informar sobre o e encaminhá-lo ao Presidente da República.

O SR. HERBERT LEVY — Vós Excelência me permite? Em relação ao milho, aos cereais e à soja, nós temos que organizar rapidamente, em São Paulo, uma infra-estrutura de apoio à exportação de cereais a granel. Porque se não formos capazes de pegar o milho, a soja a granel, na fazenda para colocá-la a granel, no vapor, não poderemos concorrer. Se o fizermos, poderemos concorrer perfeitamente e não teremos mais o perigo da superprodução. Nós temos que quebrar esta monotonia do que tem ocorrido no passado.

Temos safras abundantes, preços ruins, então há o desinteresse dos produtores que fogem daquela produção; no ano seguinte, em consequência safras escassas, preços altos e assim tem sido, constantemente. Vamos tratar de assegurar preços remuneradores quando a safra é abundante e criar uma infra-estrutura que nos permita exportar qualquer excedente.

Quero mencionar um fato — isso é importante — que o Governo atendeu, recentemente: o amendoim é produzido em São Paulo por 60 a

70 mil famílias das mais modestas do meio rural. Uma grande parte destas famílias é de arrendatários ineiros e posseiros. Eu mesmo, tive que intervir a pedido das Associações Rurais junto ao Banco do Brasil e Banco do Estado, para adiar a liquidação de compromissos desses pequenos lavradores, porque tiveram duas frustrações de safra, então, não conseguiram pagar os seus compromissos porque não tiveram meios para isso.

Agora, foi uma safra razoável. A Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo vem, desde que são respeitados pela entidade nacional, levando um custo de produção incluindo a remuneração do lavrador e sua família e um preço mínimo para arrendamento das terras na base de 6 cruzeiros novos a saca — preço de custo — para estas sessenta ou setenta famílias modestas que estão nesta área pois o preço mínimo estava na base de 130 cruzeiros. O preço internacional era acima de 6 cruzeiros novos. Insistimos no sentido de que fosse elevado o preço mínimo para a produção do produtor porque nas safras anteriores quando se transportava a safra do produtor para o intermediário, para o industrial é que o preço subia, dava um pulo par acima, depois de o produtor ter vendido.

Muito bem, sabem os Senhores o que aconteceu? O Sr. Ministro da Fazenda recebendo um memorial dos industriais que evidenciavam ter tido prejuízo — e tiveram — na colagem dos cereais que produziam óleo vegetal, em que pediam um reexame do conjunto dos preços, etc., pressionou — não discuto, bem intencionalmente — no sentido de que o preço mínimo não só não fosse reajustado como fosse, até, eventualmente reduzido.

Então nos entendemos com a Comissão de Financiamento da Produção mostrando o absurdo dessa situação: não se poderia evitar o reajuste do preço à custa da ruína de dezenas de milhares de famílias, que se não tivessem um preço remunerador, seriam eliminados da produção rural e se transformariam em desempregados criando-nos maiores problemas sociais.

Pois muito bem. A informação que tivemos é de que o Senhor Ministro da Fazenda dirigiu-se às firmas industrializadoras determinando que não pagassem mais do que cinco e trinta por saca de amendoim. Com base em que estudos ou elementos tomamos.

As determinações foram feitas foram convocados dirigentes de duas grandes firmas dessa área para estabelecer esta determinação. O que fizemos? Fizemos uma mesa-redonda, que é onde encontramos meios de solucionar problemas difíceis.

Compareceram os industriais, os técnicos da Secretaria de Agricultura compareceram os dirigentes de entidades rurais e neste encontro verificamos fora de qualquer dúvida que o custo de produção era de seis cruzeiros e que, portanto, a sobrevivência dessas sessenta ou setenta famílias estava na dependência de preço maior para poderem solucionar compromissos anteriores etc.

Houve um acordo em que os industriais imediatamente se comprometeram a pagar seis e cinquenta e sete e cinquenta. E assim se fez e salvou-se esta área que, de outra forma teria sido esmagada.

Este tipo de orientação feita em quatro paradas fora da realidade rural brasileira, que temos que evitar aqui por diante seja em relação ao amendoim, ao milho, café, etc. Este ponto é da maior importância seja fixado.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — A terceira pergunta é a seguinte: Como se poderia receber o alto

custo de mecanização: com empréstimos a longo prazo e juros mais baratos, ou com a diminuição de impostos na venda dos equipamentos agrícolas?

No discurso que ouvi de V. Exa., na Exposição do maquinário agrícola, em São Paulo, constava que, em 1966, venderam-se 12.000 tratores e que, em 1967, a venda foi de apenas 6.000.

De modo que, Sr. Herbert Levy, gostaria de ouvir de V. Exa. qual seria a solução para o problema.

O SR. HERBERT LEVY — V. Exa., nobre Senador José Ermírio, tocou num problema da maior importância para melhorarmos a produtividade rural.

A verdade é que, com essa perda de poder aquisitivo, inclusive em relação ao trator, o que está acontecendo é que a indústria é também atingida.

Em 1964 foram, realmente, vendidos 12.000 tratores e em 1967, deixou para menos de 6.000. Isto por razões simples, é que a mecanização ficou tão cara que ela não se tornou recomendável. Houve até fazendeiros que trocaram trator pelo burro e pelo boi, porque verificaram, no lápis e no papel, que o trator não dava resultado.

Desse modo, nobre Senador, a indústria foi violentamente atingida e as medidas para a solução do problema são várias. Em primeiro lugar é preciso aumentar, dilatar o prazo de pagamento para cinco anos e baixar os juros.

Em todos os países os juros para esse tipo de transação é muito mais baixo. Na Itália, por exemplo, adotou-se um plano, há cerca de seis anos, em que o juro que está prevalecendo é de 12% ao ano, mas o plano ideal é de 4% ao ano, para a venda de tratores.

Fica, veja bem outros aspectos como o imposto. Este é o ponto atualmente inconveniente, porque se a União ou o Estado amenizarem ou suprimirem esses impostos, vão depois arrecadar muito mais na produção que esses tratores vão determinar.

Indiretamente, o resultado é muito benéfico, mas ainda há outro aspecto além de impostos, juros e prazos. Há o problema da exigência de material nacional.

Eu ouvi de dois fabricantes de tratores que se a exigência de material nacional fosse reduzida de 100% para 25%, seria possível reduzir em 15% o preço do material nacional, reduziria em 15% o preço dos tratores.

Discuti esse assunto com o Ministro da Indústria e Comércio, Gal. Macedo Soares, que me disse iria estudar o assunto para serem tomadas providências sobre o caso e, indiretamente, traria barateamento para o preço dos tratores. Entretanto, ainda não ocorreu.

Se eu entendo bem, trata-se de peças de alta precisão que não podem ser feitas em qualquer escala e que as indústrias de tratores de países europeus comparam na Alemanha e em outros países, que se concentram para torná-la mais econômica.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Que solução V. Exa. acha que deve ser dada para incrementar o nosso rebanho bovino e ovino? São os financiamentos adequados. E em que condições V. Exa. julga útil realizá-los?

O SR. HERBERT LEVY — Em relação ao rebanho bovino, não há dúvidas de que estamos melhorando. Os plantéis estão melhorando, mas

O SR. SENADOR JOSÉ ERMÍRIO — Não se transportou para o Mato central. Crédito, no entanto, que na região centro-sul é uma realidade a melhoria dos plantéis. É mais uma promessa porque já produz seus efeitos. Crédito que os incentivos fiscais para a região, sobretudo da SUDAM, vão permitir que se levem para as regiões mais modernas para essa área, inclusive a inseminação artificial e uma mestiçagem dos rebanhos

Indianos com o gado europeu ou gado americano de carne, de forma a estabelecer condições de rusticidade e rendimento. Acredito que a produção do Brasil central dará um salto muito grande.

Temos um aspecto muito importante, que é o da assistência técnica. A fruição do rebanho bovino brasileiro é das mais baixas do mundo, não chega a 50%. É uma distorção técnica que precisa ser corrigida. A fruição do rebanho através de uma assistência técnica que pode ser consideravelmente ampliada, através de adequada orientação técnica, da assistência técnica, que pode ser consideravelmente ampliada, porque esse esforço é recompensado em proporção geométrica.

Acho também que o desenvolvimento intensivo da inseminação artificial permitirá melhora considerável e acelerada do rebanho, sem as limitações dos animais de alta linhagem que automaticamente ocorreriam, se não houvesse esse moderno método. Em São Paulo estamos transformando a inseminação artificial em fator prioritário num programa de apoio à pecuária. Com relação aos porcos, temos planos para acelerar a produção como também estamos cuidando de acelerar a de animais de pequeno porte. Aliás, quando a estes temos essa anomalia no Brasil: o consumo de carne de vaca é de três para um de animal de pequeno porte, enquanto a proporção inversa é a certa em países desenvolvidos. E forma que aí é um problema de apoio e também educacional de alimentação, porque, paralelamente consumimos um quarto de dianteiro para três quartos trazeiros. O brasileiro não gosta de carne que não seja *filet mignon*, alcatra, chã de dentro ou coisa parecida. Deixemos de lado os *hamburguers*, as almondegas, os picadinhos, como somos nação muito rica... Só consumimos carne trazeira e a dianteira exportamos para essas nações pobres. Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Holanda. (Risos.)

E no entanto essa carne é tão boa, em valor nutritivo, quanto os trazeiros. É um problema também educacional.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Outra pergunta, Sr. Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo.

"Existe alguma dificuldade na exportação de carnes, devido a algumas moléstias existentes no País, como a aftosa, a brucelose e outras?"

O SR. HERBERT LEVY — Existe, sobretudo recentemente da Inglaterra, que costuma ser nosso melhor mercado. A Inglaterra teve um surto de aftosa, que a levou a atitude de extrema prudência, cancelando as importações de todos os países onde existe aftosa. A Argentina também foi atingida pela medida.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Mas na Argentina a pressão foi mais contra a carne de carneiro, porque a Inglaterra suspendeu a proibição de importação de carne bovina argentina.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — (Ao Sr. Herbert Levy)

"Uma vez removidas estas dificuldades e melhorando a carcaça do rebanho, V. Ex. acha que o Brasil poderá atingir uma grande exportação, equivalente à da Argentina?"

O SR. HERBERT LEVY — O Brasil pode realizar grande exportação de carne bovina para o exterior. O crescimento da população consumidora é muito grande. A Europa não pode pensar em desenvolver a sua própria pecuária de corte, e apesar de todas as práticas de confinamento, etc. Eu mesmo tive oportunidade de ouvir, de técnicos do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos, que a criação extensiva não

leva nenhuma desvantagem no plano econômico, sobre a criação intensiva. De forma que, com o crescimento das populações consumidoras não há a menor dúvida de que o mercado externo tende a ser ampliado consideravelmente.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Passo à sétima pergunta:

"Quanto aos fertilizantes, que política devia o Brasil adotar para distribuir aos consumidores a preços mais acessíveis?"

O SR. HERBERT LEVY — O Fundo Fertil está funcionando satisfatoriamente, e deve ser aperfeiçoado sobre alguns aspectos, e também ampliado, já que há evidente insuficiência de fundos para atender às necessidades do Fundo Fertil. Ouvi notícias sobre a tendência de autoridades financeiras para ir limitando, se não suprimindo o Fundo Fertil, o que considero seria desastroso. Acho que o progresso que se tem verificado no uso de fertilizantes deve ser estimulado.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Minha oitava pergunta:

"Quanto às sementes plantadas dos cereais, seria útil fazer como é feito no algodão, com sementes selecionadas, com campos de cooperação e quais as providências mais certas a serem tomadas?"

V. Ex. sabe que o algodão em São Paulo, começou em 1931-32 quando se fizeram campos de cooperação, o que deu grande impulso à cultura do algodão ali. Com outros cereais está sendo feito o mesmo?

O SR. HERBERT LEVY — Temos nessa matéria registrado, em São Paulo, um progresso considerável, com exceção do trigo com o qual estamos atrasados, mas pretendemos dar-lhe um impulso considerável, decisivo. Inclusive estamos já com encontro marcado com técnicos para depois de amanhã, a fim de darmos ênfase especialíssima à experimentação e pesquisa sobre o trigo.

Não há nenhuma razão para não selecionarmos sementes de produtividade muito maior, e que se adaptem ao ciclo de chuvas que temos em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Esse setor está imediatamente atendido, daí as deficiências da triticultura brasileira. No mais, não!

Estamos com sementes de boa qualidade e se me fosse permitido acentuar aqui, sem querer fazer propaganda das sementes de São Paulo, o fato é que estamos preparados para atender praticamente ao Brasil inteiro. Se a Secretaria de Agricultura do meu Estado e se o Ministério da Agricultura se lançassem à tarefa de corrigir essa rotina, que é arraigada, no agricultor brasileiro, que é conservador, com uma tendência a ser atrasado, na medida em que pudermos conseguir a mudança do hábito do lavrador de guardar a sua própria semente da safra anterior, para plantar na nova safra, e firmes com que ele substitua essa semente por semente de produtividade incomparavelmente maior, sobretudo no milho, onde isso é mais acentuado teríamos, de noite para o dia, só com a substituição da semente, um impulso considerável na produtividade brasileira.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Deveria ser feito seguro agrícola para garantir contra as intempéries e atos de Deus, para salvar dos prejuízos das lavouras e das secas, na pecuária?

O SR. HERBERT LEVY — O seguro agrícola tem sido uma experiência negativa porque foi mal orientada. Deixando o seguro agrícola voluntário, evidentemente que só se fazem os mais arriscados. E, no resultado é que a Cia. Nacional de Seguros Agrícolas, pela segunda vez, fechou as suas portas, o que é um erro grave. O que se deve fazer, parece-me — e foi a tese que apresentamos no Congresso Nacional Agropecuario, aqui, e foi aceita — é trans-

formar o seguro agrícola num seguro obrigatório. Porque todos os contribuintes entravam, a segurança de todo estaria assegurada, sem que quebrassemos o organismo especializado. O seguro obrigatório é uma necessidade no Brasil.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Que planos de irrigação já existem no Estado de São Paulo, para garantir duas ou mais colheitas por ano, e dando, assim, maior rentabilidade a terras, por hectare, plantadas, evitando os prejuízos que são tão comuns nas lavouras nacionais? V. Exa. deve conhecer bem. Eu soube que, no Paraíba, estão cuidando disso.

O SR. HERBERT LEVY — Temos contrato feito com agricultores chineses, da China Nacionalista, e que esta permitindo observações muito interessantes. Estão sendo feitas três colheitas de arroz, com sementes adequadas, sendo que a princípio, foi com sementes vindas da China, mas essas sementes evidenciaram a existência de uma praga que tivemos de combater intensamente, e a suprimimos. Daí, os chineses passaram a substituir as sementes da China por sementes brasileiras. Estão fazendo as três colheitas e ainda há espaço para uma quarta colheita, que não é de arroz, mas intercalada.

Estamos computando os resultados e devo fazer uma visita, nestes quinze dias, para verificar os resultados e os levarmos a todas as áreas de produção de várzea. Mas, com a experiência em São Paulo, Paraná, parte do Rio Grande e Santa Catarina, o que se verificou este ano, conforme o que já é sabido de todos, a cultura de arroz no espigão é uma aventura, porque, se não houver chuva na semana crítica do encaixamento do arroz, pode perder-se 50-80 e até mesmo 100% da colheita. Foi o que aconteceu este ano. Estamos, então, orientando o problema da seguinte forma: a DEMA está obtendo financiamentos para que sejam compradas *drag lines* e retroscavadeiras para a recuperação de milhares de várzeas que temos e que são aproveitáveis. E então iremos transportar a aventura do arroz de espigão para a estabilidade da várzea, financiando o produtor que pagará em 5 anos, o que estamos procurando acertar com o Banco do Brasil para dar preferência aos rizicultores e à cultura rizícola, que é vantajosa.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Segundo dados recebidos em dezembro do ano passado, a Itália produz 7.000 quilos de arroz por hectare. O Rio Grande do Sul 2.800 e a média do Brasil está na base de 1.650 quilos. Qual a razão dessa grande diferença? É sistema de plantio, variedades melhores, irrigação, correção do solo, custo de adubação? Seria possível criar estas condições no Brasil e quais as dificuldades impeditivas?

O SR. HERBERT LEVY — V. Exa. citou todos os fatores.

A Itália tem a agricultura mais intensiva que se conhece, superior ao Japão. Esses fatores todos entram em conta.

A alfabetização é um fator importantíssimo.

No Extremo Oriente tivemos ocasião de ver uma alta produtividade, 10%. Na China Nacionalista a alfabetização atinge 60% e sua produtividade, consequentemente, atinge também 60%. A Coreia com 45% de alfabetização tem uma produção baixa de 45%. Há como que uma correlação.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Em proporções parecidas, dá-se também o mesmo fato com o milho, o algodão, a soja, o trigo, afinal em quase todos os produtos agrícolas do País. Que deveríamos fazer para solucionar, a curto prazo, esta enorme diferença?

Quer me parecer que a produção do milho é de 1.500 quilos por alqueire.

V. Exa. poderá me esclarecer a respeito?

O SR. HERBERT LEVY — Em São Paulo é de 60 sacas por alqueire. Estamos generalizando os concursos de produtividade. Observamos que, nos concursos de produtividade, as condições são enormes.

O estímulo é tão grande que o sítio cuida da roça do milho, 2, 3, 4 alqueires, como se fosse o jardim da sua casa.

No Município de Tietê tivemos 450 sacas em 4 alqueires, contra 50-60 sacas a média do Estado. A verdade é que podemos chegar tranquilamente a 200 sacas e estamos fazendo um esforço muito grande nesse sentido, verificando, inclusive, que os técnicos da Secretaria também têm que aprender com o sítio porque ele, estimulado naquela campanha para ganhar prêmio, para ser citado, como é natural, ele introduz observações próprias que nós também temos a aproveitar e, depois, transportar a outras áreas.

Acreditamos que os resultados serão ótimos.

O SR. SENADOR JOSE ERMÍRIO — Agora, a última pergunta: Qual a opinião de V. Exa. sobre a situação do IBRA e do INDA? Tem essas organizações auxiliado o desenvolvimento da agropecuária e justificando, assim, os pesados impostos que são exigidos das propriedades rurais?

O SR. HERBERT LEVY — As intenções com que esses dois órgãos foram criados, evidentemente, foram as melhores possíveis.

Devemos partir do ponto de que esses órgãos devem existir, e existir funcionando eficazmente porque são os instrumentos que devem, afinal, introduzir as reformas no meio rural, de que o Brasil necessita; seja propriamente a reforma agrária, seja no plano da assistência ao homem.

Até o momento os resultados têm sido, realmente, muito fracos e as distorções existentes tremendas.

Tivemos ocasião de submeter a uma terrível, uma feroz sabatina, no Alto Conselho Agrícola, que criamos em São Paulo, o Presidente do IBRA e o seu Assessor Técnico.

Ouviram, de viva voz, críticas acerbas ao funcionamento do IBRA. Temos casos dessa ordem: milhares e milhares de escrituras que não podem ser passadas, porque o módulo é diferente daquilo que o IBRA estabeleceu.

Para lhes dar um exemplo, porque o assunto nos permitiria ir muito longe, cito um caso. Na região de Campinas, que o nobre Senador conhece, Jundiá, Valinhos, cujas características são a horticultura e a fruticultura onde uma família vive bem, com um alqueire de terra, onde ela prospera com dois alqueires e torna-se rica, compra mais terras, etc., o módulo mínimo é de 8 a 13 alqueires.

Então, milhares de escrituras de propriedades de um e dois alqueires não podem ser passadas. Elas estão suspensas.

Agora, o IBRA está-se comprometendo a corrigir. E já que o pior passou, devemos esperar que eles corrijam a pontaria e se acerquem da realidade, procurando acertar.

Sobre a complexidade, às vezes insolúvel, daqueles questionários do IBRA, há casos verdadeiramente extraordinários. Um Agrônomo de destaque, que ganhou prêmio de conservação do solo, em São Paulo, no Município de Pirassununga, e dos mais destacados da Secretaria, preencheu de tal forma os formulários, que o IBRA classificou a propriedade de latifúndio de exploração. (Risos.)

Isso dá a medida do que ocorre pelo Brasil. Imagine os outros que terão de preencher aquilo tudo.

Mas a verdade é que realizamos, através do trabalho do IBRA, com todas as deficiências, com todos os percalços, com todas as dores de cabeça impostas, realizamos o primeiro levantamento objetivo para cadastrar imóveis no meio rural, o que nos fal-

tava por completo e sem o qual não podíamos fazer nada. Todo planejamento rural deve ter base nesses cadastros. Já temos cadastradas 3 milhões de propriedades. Já é um resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o nobre Deputado José Mandelli.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nobres Membros da Comissão, Sr. Secretário de Agricultura de São Paulo, antes de mais nada solicito desculpas por ter chegado atrasado, porquanto estou substituindo outro Deputado do Rio Grande do Sul, Sr. Nadir Rosseti. Deste modo perdi o início da brilhante exposição de S. Exa.

Apenas farei algumas perguntas. Sr. Secretário, que pensa V. Ex. da importação, pretendida por um pecuarista do Paraná, que recebeu por testamento, um gado indiano da mais alta linhagem, estando o Ministério da Agricultura entravando a entrada do reprodutor?

O SR. HERBERT LEVY — Não quero referir-me a caso específico. O problema da importação de gado indiano desperta realmente grande controvérsia. Entretanto, quero dizer o seguinte: só posso orientar-me nessa matéria pela opinião dos técnicos da Secretaria de Agricultura, os quais reputo os mais abalizados. Se bem que sejam evidentemente riscos que precisam ser controlados, como por exemplo, o problema do estado sanitário do gado. Riscos que precisam e devem ser controlados. Mas riscos, que podem e devem ser controlados, porque temos condições para isso, no plano de veterinária, no plano técnico, para controlar essas moléstias que existem frequentemente nos rebanhos.

Há, portanto, essas moléstias, esses inconvenientes, que nos impõem os maiores cuidados que devem ser tomados.

Por outra, as vantagens de importação são indiscutíveis porque o gado indiano (que vai lentamente se deteriorando, por causa das condições que estão prevalecendo na Índia, que não são favoráveis no seu plano econômico) o gado indiano nos oferece meios benéficos, complementares, úteis — não direi indispensáveis — mas muito úteis para a pecuária brasileira! Ele vem completar certas características, e talvez não tenhamos muito tempo, para aproveitar o que há de bom, ainda, nos rebanhos indianos.

Cuidados devem ser tomados, permanentemente, e podem ser tomados, porque o controle pode ser eficazmente, acho que em curto período, talvez uns dois anos no mínimo. Assim, talvez e possamos importar remanescente do gado de alta linhagem, que ainda existe.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRO — Sim, fazendo a devida quarentena...

O SR. HERBERT LEVY — Fazendo a devida quarentena, com todos os cuidados, que devem ser muitos. E a importação é feita tranquilamente, segura, e os efeitos para a pecuária brasileira são altamente benéficos. Ninguém nos tira a posição de verdadeiros mantenedores das linhagens indianas, basta o Brasil assumir uma posição mundial que já tem, mas será acentuada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Com relação a sementes, tivemos oportunidade de visitar o Instituto Agronômico de Campinas, que acho um dos mais completos do País. O Ministério da Agricultura coopera com aquele Instituto, com meios de difusão, sementes, etc.?

O SR. HERBERT LEVY — Muito pouca coisa. A grande cooperação que nós poderíamos ter, e deveríamos ter, mas ainda não ocorreu, é da rede assistencialista do Ministério da Agricultura. E toda rede que der assistência agrícola e pecuária em

tudo o Brasil, teria de convencer o lavrador daquilo que somente o técnico, no seu trato diário pode fazer sobre as imensas vantagens da utilização de semente selecionada para duplicar ou triplicar as suas colheitas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Com relação especificamente ao trigo acha V. Exa. que devem ser pesquisadas novas variedades de climas adaptadas aos climas e solos das várias regiões do País?

O SR. HERBERT LEVY — Não há a menor dúvida sobretudo agora que deixamos de receber o trigo à base de 40 anos de pagamento ele vai nos custar bem outro. A Secretaria de Agricultura está interessada nessa pesquisa, e recentemente constituiu-se um grupo de trabalho em São Paulo de alto nível com cientistas com elementos da Secretaria de Agricultura para estudarmos todos os meios e modos de industrialização do milho notadamente para panificação.

Há uma semana fizemos uma demonstração, no Centro Tropical de Pesquisas de Alimentos de um pão feito cientificamente, tecnologicamente impecável quanto ao paladar, quanto ao conteúdo alimentar, com depoimento de professores Universitários, de técnicos, de panificadores, com 20% de milho, de um tipo de milho gelatinizado, preparado previamente, o resultado é que é pão excelente, a um custo abaixo não muito abaixo — do preço do trigo, com as mesmas qualidades alimentares. E levando para o plano nacional, que é o que pretendemos, economizaremos o imposto de 600 mil toneladas de trigo e daríamos emprego a 12 milhões de sacas de milho.

A esta demonstração compare muita gente: compareceram em Campinas autoridades militares, os responsáveis pela subsistência, o Secretário da Justiça do Estado de São Paulo com dirigentes dos institutos penais, o Secretário da Saúde com dirigentes hospitalares, e a uma vez, cada um deles, depois de ver e ouvir a demonstração e experimentar o novo pão prontificaram-se a introduzir imediatamente nos quartéis, nos hospitais e nos presídios, porque a mudança de hábitos alimentares não se pode fazer de uma hora para outra. Então introduzidos naquelas áreas onde pode ser feita mais depressa, sendo que duas panificadoras em Campinas estão fabricando o pão e fornecendo-o a um pequeno número de consumidores que estão satisfeitos; e há um restaurante que utiliza este pão e não quer outro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRO — Isto há uns anos depois.

O SR. HERBERT LEVY — De forma que o que podemos fazer é, evidentemente, vender a ideia ao povo, porque o povo está mal impressionado com o famoso "pão de guerra" com a mistura que foi feita, sem nenhuma técnica, improvisação pura mesmo ao passo que este é feito com rigor da técnica, por especialistas — é um pão de primeira ordem. Os Senhores terão a oportunidade de experimentá-lo, por certo, porque faremos esta demonstração em Brasília na primeira possibilidade. O Sr. Ministro do Planejamento deve assistir uma demonstração deste tipo com o Diretor da SUNAB na sexta-feira próxima em São Paulo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Quer dizer que V. Ex. acha que com a técnica empregada no milho panificado e com o incentivo da produção de trigo, o Brasil pode tornar-se autossuficiente em pão dentro de poucos anos?

O SR. HERBERT LEVY — Posso dizer, agora, para ficar dentro dos fatos que nosso esforço posto no campo da pesquisa e da experimentação é insuficiente.

Temos que acentuar e muito, porque não há dúvida alguma como sempre aconteceu com o Instituto Agronômi-

co de São Paulo e o Instituto de Biologia, a investigação é sempre de resultado auspicioso em matéria de produtividade.

Com a produtividade que temos atualmente em São Paulo, com as sementes de que dispomos o trigo é antieconômico. Então não poderíamos recomendar o seu cultivo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Com relação a recuperação de terras próximas aos centros consumidores, o que o Governo Federal deveria fazer para incentivar a recuperação dessas terras, mesmo para a iniciativa particular?

O SR. HERBERT LEVY — Se o produtor tiver condições estáveis para produzir, e tiver preços satisfatórios ele próprio se incumba, mormente em se tratando de terras próximas que dispensam o uso de transportes.

O problema é criar uma assistência técnica para a olericultura, que pode ter grande desenvolvimento. O consumo de verduras é crescente nas grandes cidades e os cinturões verdes nas cidades devem ser ocupados para a olericultura. Há, entretanto, outros setores de produção que podem ser economicamente ocupados, mormente para legumes, para a produção de tomates, etc., assim como frutas, porque mesmo nas áreas próximas a Capital temos intensa produção de frutas, de caqui, de pêssegos, de uvas também, sem falar na avicultura, que muito próximo de São Paulo, temos setores da maior produtividade, a exemplo do que ocorre na Guanabara.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — O Brasil, de dimensões continentais, de clima e solo muito variáveis, não seria interessante zoná-lo e manter em cada zona um centro de pesquisas? Não seria isto útil ao País?

O SR. HERBERT LEVY — Não há dúvida, nobre Deputado José Mandelli. Não se pode recomendar um tipo de produção sem que haja uma estação experimental nas diferentes zonas. Sem isso o agricultor não dispõe de elementos necessários para trabalhar e produzir. A presença das estações experimentais nas várias zonas ecológicas do País é essencial, assim como urge se incentivar o sistema de análise das terras. Toda vez que se faz a análise da terra estamos facilitando, extraordinariamente, a melhoria da produtividade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — V. Exa. referiu-se ao serviço de pesca em seu Estado. O Governo Federal dá alguma contribuição a esse serviço em São Paulo?

O SR. HERBERT LEVY — O Governo Federal, através da Cibrazen tem administrado o empreendimento de pesca de Santos, com aquela deficiência de que já falei. Fora disto, é muito pouco o que está fazendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Referiu-se V. Exa. à involução da agricultura, dizendo que o agricultor procura os grandes centros e se marginaliza. Que se poderia fazer para atraí-lo novamente às novas regiões do País, como o Norte, o Brasil central ou o Sul de Mato Grosso?

O SR. HERBERT LEVY — Não se trata de deslocá-lo para outras áreas. Ele se desloca para as fraldas da cidade, para as margens da cidade, porque o produtor, premido por medidas econômicas desiguais, não pode suportar tais encargos e, então, desaba sobre o trabalhador. Ele não quer saber de folhas de pagamento, não quer encargos sociais e dispensa o trabalhador. O que ocorre em seguida é que este vai, então, morar nas margens da cidade para ser convocado, sempre que seja necessário, como avulso, sem receber os benefícios da previdência social e sem que esses benefícios onerem o produtor.

E' o que eu disse, não podemos separar o fator econômico do social. Toda vez que o produtor é pressio-

nado por preços que não sejam remuneradores, toda área sofre, mas especialmente sofre o mais fraco, que é o trabalhador.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Não seria interessante proporcionar a esses trabalhadores rurais novas terras em outras regiões do País, dando-lhes facilidades para aquisição de equipamento?

O SR. HERBERT LEVY — Esses trabalhadores, via de regra, não estão nem técnica nem psicologicamente preparados para gerir uma propriedade sua. Terão que ser preparados e leva tempo. Mas os filhos de sítantes, os arrendatários e os meeiros estão em condições de adquirir propriedades. Os trabalhadores, não, têm que sofrer uma fase de reabilitação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Braga.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — Sr. Deputado, a soma de conhecimento e de informações que V. Exa. trás à Comissão constitui um acervo positivo para o fim que tem em vista. As perguntas complementares do Sr. Senador José Ermirio e do Senhor Deputado José Mandelli quase que esgotaram o assunto que se tinha em vista. Mas, me proponho a fazer três perguntas rápidas.

Primeiramente, que acha V. Exa. a respeito do fato de já existirem, no Brasil, a Carteira Agrícola do Banco do Brasil, o Banco de Crédito Cooperativista, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia e, no entanto, pretender-se a criação do Banco Rural? V. Exa. acha viável?

O SR. HERBERT LEVY — E' indispensável a criação de banco rural, por uma razão muito simples: o Banco do Brasil — faço a justiça devida à direção a qual — tem-se desdobrado e atendido a todos os pedidos de crédito. Mas isso não basta. Em primeiro lugar, porque, mesmo sendo um banco oficial, um banco comercial não pode tratar as transações de crédito agrícola da forma pela qual elas precisam ser tratadas. Crédito agrícola não é negócio. Crédito agrícola é serviço que se presta à produção no interesse geral. Então precisa ter juros baixos, os pagamentos são relativamente incertos, dependendo de fatores climáticos e outros. Não há como introduzi-lo da forma porque ele foi introduzido em todos os países. Normalmente aqueles que precisam de crédito rural não têm a desenvoltura de ir à cidade, entrar no banco, procurar o gerente, conversar com o gerente e ver se têm crédito, se o pedido pode ser atendido. Sabemos que talvez a grande maioria de sítantes e lavradores não têm condições psicológicas para se dirigir a uma agência bancária, conversar com o gerente e pedir crédito. Muitas vezes não sabem o valor que o crédito tem, o que pode representar em melhoria de instalação e produção. Uma instituição especializada sabe que precisa ir ao lavrador e não esperar que ele venha a ela.

O Banco do Brasil, irremediavelmente, tem que esperar que o lavrador venha a ele, e já faz muito atendendo, em parte, aos lavradores que o procuram. Ele não pode, pela sua estrutura de Banco Comercial, ele não pode criar um corpo de inspetores, de agentes, que serão verdadeiros camelôs do crédito agrícola, junto às propriedades rurais, junto a aqueles que não sabem o que isso significa.

Basta ver que, mesmo considerando o progresso extraordinário dos últimos tempos da Carteira de Crédito Agrícola, ainda é uma exceção os agricultores brasileiros que usam o crédito.

Eu então repito o que, na verdade, foi uma campanha de muitos anos — mais de 15 anos — na Câmara Fe-

ral, em que havia duas correntes — uma liderada pelo nobre Deputado Daniel Faraco, que representa, de certo modo, o ponto-de-vista do Banco do Brasil, o ponto-de-vista oficial, de que não havia necessidade do Banco de Crédito Rural porque o Banco do Brasil e outros poderiam se desenvolver nessa direção; outra era liderada por mim mesmo. Mas, ao fim desses 15 anos, o Deputado Daniel Faraco e a sua corrente entenderam-se conosco, e as conclusões, unanimemente, sobre a necessidade de se criar o Banco-Rural.

De forma que, quando chegamos a esta unanimidade, que foi confirmada no Congresso Agropecuario de Brasília — porque a tese da criação do Banco Rural foi aprovada, unanimemente, e com as manifestações mais inequívocas, nesta Capital — nesta altura, realmente, o que devemos fazer é incrementar esta infraestrutura e constituir o Banco Rural.

Note bem, ao contrário do que muita gente pensa, não se pretende criar outro organismo, com empregos, burocracia etc.; o que se quer é transferir para o Banco de Crédito Rural a responsabilidade do risco e da orientação das operações de crédito rural. Mas ele irá utilizar evidentemente e todas as agências do Banco do Brasil e toda a experiência do crédito agrícola de todas as agências da rede bancária particular. O Banco Rural pode deixar que as operações se processem nesta ou naquela localidade sob sua conta e risco. Não se trata de duplicar as agências bancárias, mas de aproveitar para esse fim toda a rede bancária do País.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. Exa. trouxe uma opinião muito interessante a respeito das deficiências e do futuro da pecuária brasileira, e disse também em outra parte de sua explanação que, em São Paulo, normalmente as resoluções tomadas pela Secretaria têm tido como base mesas redondas, inclusive com autoridades federais. Eu perguntaria a V. Exa. se a SUNAB não vem prejudicando a comercialização dos produtos, especificamente da pecuária bovina de São Paulo, tendo em vista a intervenção nos matadouros da rede particular.

O SR. HERBERT LEVY — Toda vez que a SUNAB se transforma, ela própria, em abatedouro e industrial, evidentemente ela está criando condições anormais no mercado, e perturba o mercado.

Uma coisa é criar condições favoráveis para o desenvolvimento do rebanho, para melhorar as condições de abastecimento de carne, e outra coisa é entrar, dínhamos assim, na concorrência da iniciativa privada, usando de recursos de que a iniciativa privada não dispõe.

O resultado é que há uma tendência à evasão fiscal muito grande nesse setor, precisamente como um meio de defesa para que os frigoríficos não sejam eliminados. Temos, então, uma série de inconveniências na intervenção da SUNAB no meio industrial e no do abastecedor. Ela deveria limitar-se a uma disciplina adequada do mercado, procurar prover meios para que a praça seja abastecida, não fique sujeita a oscilações de aumento de preço. Há uma série de disciplinas que devem ser a preocupação do órgão. Mas transformar-se ele em industrial e em criador, é contraindicado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — V. Exa. vem trabalhando como Secretário de Agricultura de São Paulo, em virtude de um plano encontrado, ali, ou fez um programa de trabalho?

O SR. HERBERT LEVY — Não! Eu fui para a Secretaria com a convicção de que era preciso esforço novo para recompor o setor rural, que estava estremeado. Em minha primeira preocupação foi atualizar a Secretaria, fazendo, reforma comple-

ta de estrutura. Hoje, a Secretaria está totalmente mudada, com uma ordenação de serviços eficaz, em condições de prestar assistência como nunca fez.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Não havia um plano?

O SR. DEPUTADO HERBERT LEVY — Não! Eu apenas tinha, sob alguns aspectos, ideia já fixada quanto ao encorajamento em determinados setores, quanto ao entrosamento do Governo com a produção, o que nós fizemos através dos conselhos agrícolas municipais que estão funcionando muito bem. Temos 328 conselhos de agricultura e, em cada um desses municípios — vamos ter em todos os 575 municípios paulistas — um entrosamento entre a máquina do Governo e o agricultor que deve ser o beneficiário dessa máquina. Então há uma programação objetiva, para ser cumprida pela secretaria e há uma colaboração recíproca que está dando muito resultado. — Temos também o Alto Conselho Agrícola, que é a cúpula desse órgão, que debate com a Secretaria os problemas da agricultura no plano estadual e no plano nacional.

Estamos empenhados no desenvolvimento de práticas modernas, como, no caso da pecuária, a inseminação artificial, muita coisa que estava parada ou errada estamos modificando. Em São Paulo temos 40 frentes abertas. Um exemplo são os parques de exposição de animais. Temos imóveis valiosos, investimentos grandes, que são usados apenas uma semana por ano e às vezes uma semana em dois anos. Depois fecham. Então, estamos com um plano aprovado para aproveitamento permanente desses recintos e parques, postos de inseminação artificial, de demonstração de animais de pequeno porte, de suinocultura, ovinocultura, etc. etc.

Fazemos exposições, piquets, para demonstrar, para propagar os animais de pequeno porte.

Vamos abrir escolas artesanais e para isso, pretendemos mandar vir da Europa mestres artesãos, a fim de ensinar sua arte aos nossos operários.

E' necessário corrigir os problemas sociais, em que prepondera a ociosidade da mão-de-obra no meio rural.

Fazemos feiras permanentes de gado, exposições, piquets de exportação.

Os prefeitos organizam zoológicos, parques infantis, restaurantes com uma autorização maior no plano da recreação, como também no plano econômico de divulgação e propagação de novas criações e culturas.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Agradeço a V. Exa os informes que deu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Senador José Feliciano.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Antecipadamente peço desculpas ao nosso ilustre Secretário da Agricultura por não me encontrar há mais tempo aqui. Achava-me reunido em outra comissão.

A primeira pergunta é a seguinte. Sendo o Estado de São Paulo o líder da industrialização na pecuária, no interior do Brasil, a sua responsabilidade é enorme na parte de industrialização da carne. Ouvimos do Diretor da CACEX de que o interior do Brasil, isto é, a região Centro-Oeste, não estava exportando a carne porque não havia segurança de sanidade, principalmente no setor da af-tosa, e de que o Rio Grande do Sul exportou carne porque vacinou o gado contra a aftosa de maneira intensiva, e rigorosa.

Por que o Estado de São Paulo não fez a mesma coisa?

O SR. DEPUTADO HERBERT LEVY — Estamos no meio de uma campanha de vacinação contra a aftosa em massa.

Estamos realizando um programa e, esperamos, dentro de um ano, todo o rebanho do Estado estará vacinado. Seria simplificar muito o problema se reduzíssemos o risco sobre a aftosa — isso será verdade na Inglaterra, sobretudo. Mas a verdade é que o preço da carne, no centro do país, está superior ao preço da carne no Sul — e, sobretudo, no Uruguai e na Argentina.

Então o que temos, realmente, é uma desigualdade de condições que não nos permite concorrer no mercado mundial e, de certa forma, não temos encontrado essa necessidade porque o abastecimento interno tem absorvido perfeitamente os rebanhos disponíveis.

Temos de partir para uma criação mais intensiva, olhar atentamente os custos para, realmente, poder fazer da exportação um instrumento permanente de liberação dos excessos para que não fique oprimindo a criação interna além do que poderia atingir as fontes produtoras.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Obrigado.

Sendo a comercialização o ponto de estrangulamento maior na economia rural, está o Estado de São Paulo cuidando de fazer entrepostos, silos, armazenagem e frigorificação nos pontos de exportação?

O SR. HERBERT LEVY — Estamos muito empenhados na obra da infraestrutura. Estava eu dizendo, há pouco, que se não tivermos capacidade para apanhar os cereais a granel, nas fazendas, e põ-los, a granel, nos navios, estaremos eliminados da exportação.

Estamos cuidando, atenta e seriamente do assunto, pretendendo atacar, dentro de dois meses, um silo intermediário em Campinas. Estamos com estudos para uma instalação terminal em Santos.

Temos, é verdade, muito que fazer na parte dos perecíveis.

Conseguimos, no ano passado, pelas razões que expus, armazenagem e financiamento aos produtores de cereais. Conseguimos, também, evitar a exploração dos produtores pelo intermediário, mas, infelizmente, não conseguimos evitar a exploração do produtor de batata e cebola. E' que, para os perecíveis, não há o armazenamento. A batata, há pouco, estava sendo negociada pela metade do preço para o produtor. Este, evidentemente, o grande prejudicado. Haverá falta do produto, conseqüentemente, alta no ano que vem. E' aquilo melancólico ciclo a que nos referimos.

Estamos partindo também para a prioridade a armazéns-frigoríficos para os perecíveis. Poderemos armazenar batata, cebola — por exemplo — por um ano. Assim, este produtos poderão ser incluídos no esquema de preços mínimos e, nesse esquema, o produtor terá o ponto de apoio indispensável para negociar tranquilamente sua safra e vendê-la a preço compensador.

Quanto à frigorificação, sobretudo do pescado, estamos cuidando da matéria. Podemos revelar que estamos cuidando também dos entrepostos de pescado no interior. Já inauguramos vários e iremos inaugurar mais uns dez nos próximos 30 dias em várias zonas do interior. A inauguração de cada entreposto de pescado significa que, em 30 dias, decuplicaremos o consumo de pescado na área.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Outra pergunta, e sobre a inseminação artificial. A maioria dos criadores adotam o sistema da criação extensiva. Portanto, os animais não são dóceis, não têm contato com o homem. Seria empregada a inseminação artificial também pelos criadores do sistema extensivo?

O SR. HERBERT LEVY — Realmente, é problema que deve ser equacionado e solucionado. Ainda não ti-

vemos a experiência in loco, nas áreas a que V. Exa. se referiu, de gado mais difícil, etc. Não tivemos experiência, senão em proporção muito pequena. Pessoalmente pretendo levar para Mato Grosso esse mecanismo. Penso que, além disso, precisamos em grande escala, realmente, do gado indiano, para que haja a melhoria do plano básico. Mas não temos experiência suficiente, ainda, para lhe dar uma resposta segura a esse respeito.

O SR. SENADOR JOSÉ FELICIANO — Obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra Senador Alvaro Catão.

O SR. SENADOR ALVARO CATÃO — Sr. Presidente, Sr. Secretário Srs. Senadores, embora não pertencendo a esta Comissão mas com a devida vênia do Sr. Presidente pedi a palavra porque não posso me furtar ao grande prazer de assinalar a grande satisfação que tenho em ouvir o meu eminente Colega o qual tanto tem-me ajudado na Secretaria de Agricultura de São Paulo.

Para aqueles que já conhecem, de longa data, a preocupação que ele sempre manifestou pela agricultura brasileira, não pode ser surpresa o fato de que é, realmente, uma das áreas mais eficientes, mas dinâmicas da Administração paulista, justamente esta em que ele vem demonstrando tanto zelo e tanto brilho à frente dessa Secretaria da Agricultura de São Paulo.

Ouvi a da exposição que V. Exa. teve oportunidade de fazer nesta Comissão. Em rápida intervenção procurei justamente poder permitir que o meu pequeno Estado de Santa Catarina possa também usufruir dessas atividades tão importantes para os desenvolvimentos anunciados.

Devo dizer que a soma de recursos que estão ligados à pesquisa, estudo dos problemas da agricultura, em São Paulo, despertam-me duplo sentimento: uma ponta de inveja, como catarinense, e um grande orgulho, como brasileiro. E não só os recursos mas a capacidade dos paulistas, a importância que os paulistas dão ao problema da agricultura.

Assim, tive oportunidade de ler há, pouco tempo, em revista especializada, as conclusões de um grupo de trabalho criado para elaboração de um plano integrado de pesquisa. E além do problema de equipamento e distribuição — e parte desta pergunta que eu gostaria de formular — a foi respondida com a anunciada criação, que sabemos agora, de centros de distribuição, de entrepostos de distribuição no interior de São Paulo — a minha pergunta seria se esse grupo de trabalho talvez não poderia, utilizar uma pesquisa regional no enfoque dos problemas da pesca e distribuição, para as possibilidades do Paraná e Santa Catarina. Com vantagem para o próprio consumidor paulista pela melhoria que poderia proporcionar ao abastecimento. As estradas-de-rodagem estão sendo jogadas pelo Brasil afora, como há pouco acabamos de ouvir do Chefe do Ministério dos Transportes, em outra Comissão do Senado. Não se se poderia melhorar o abastecimento no interior de São Paulo, mais longe do litoral, que poderia ser abastecido através dessas rodovias que vêm do meu Estado?

Esta minha primeira pergunta. E a última se refere ao problema do aproveitamento talvez, na amilificação, da farinha de mandioca — o meu Estado de Santa Catarina é um grande produtor de farinha de mandioca; também o é São Paulo. Dentro dessa linha de aproveitar os recursos e a pesquisa, estudos que são feitos sob sua chefia em São Paulo, queria saber se existem estudos algum a pesquisa, com referência ao aproveitamento da farinha de man-

diocá na panificação o que viria ao encontro dos produtores de mandioca do meu Estado.

O SR. HERBERT LEVY — Começando pela última pergunta: os estudos sobre aproveitamento da farinha de mandioca na panificação já existem, e foram todos positivos de tal forma que nos permitiram travar uma verdadeira batalha com a SUNAB, para evitar uma deterioração de todos esses Estados com ináustria da mandioca. Com isto, a SUNAB voltou atrás, e foi restabelecida a mistura, que é perfeita, recomendada.

Agora, a produção até o momento, não é de tal molde que crie o problema da superprodução. Na medida em que, por ventura, ocorra, certamente a mistura poderia ser aumentada, porque com 10% de farinha de mandioca em um pão, na demonstração prática, nem os panificadores podiam dizer qual era o pão integral o o de milho.

Agora o problema se apresenta assim, digamos, mais importante, mais premente, porque o milho é a grande produção do Brasil. O milho nasce em qualquer lugar, é produção de poucos meses. A mandioca exige dezoito meses.

Com relação ao entrosamento regional ele é especificamente necessário. Basta dizer o seguinte: são vendidos muitos caminhões de peixes que vêm do Rio Grande do Sul, por estrada de rodagem, pelo CEASA.

A medida em que esta faina possa ser aperfeiçoada, a medida em que se desenvolverem os mercados externos este serviço poderá ser aumentado.

Em todos os debates que são mantidos sugerimos um entrosamento com outros Estados. Acredito que haverá reflexos regionais mas creio que devemos ter um contato maior com outros Estados para entrosarmos nossos esforços beneficiando, assim, a produção comum da pesca.

O SR. SENADOR ALVARO CATTÃO — Muito grato pelo oportuno esclarecimento do V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Sr. Secretário Herbert Levy, ilustre Deputado, ao entrar esta sessão onde ouvimos a inteligência, a cultura e o conhecimento de V. Exa., eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Sabemos que a estigme, no Brasil Central prejudicou sobremaneira a nossa produção, sobretudo de arroz. Aqui estava o Secretário de Agricultura de Goiás, que nos contou que a produção de arroz em Goiás seria ao redor de 400 mil toneladas. Perguntaria, então a V. Exa. qual era a produção de arroz prevista para este ano, em São Paulo, e qual foi o prejuízo previsto para a colheita que está começando agora.

O SR. HERBERT LEVY — Levamos uma diminuição de 20% da produção. E a última previsão da produção era de 14% sobre a produção do ano passado, uma perda média de 34%.

A previsão era de cerca de 414 mil toneladas em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Gostaria ainda de saber de V. Exa. em que situação se encontra a questão da vacinação contra a brucelose, no Estado de São Paulo.

O SR. HERBERT LEVY — A brucelose se apresenta, em São Paulo, com caráter esporádico. Os rebanhos controlados que são, praticamente, todos os rebanhos de São Paulo, só apresentam brucelose em caráter esporádico.

O combate à brucelose tem orientação técnica permanente da Secretaria, bem como a atenção dos veterinários, que não são muitos mesmo em São Paulo. Estamos contratando mais 14, no total serão 33 veterinários, o que é ainda suficiente para o Estado de São Paulo.

O combate é sempre em função da fiscalização, da identificação, de forma que os criadores no Estado de São Paulo têm condições de conservar o aparecimento da moléstia e, então, tomam as medidas por já terem orientação e receberem assistência técnica.

De modo geral o que há é sempre a vigilância e a presença do técnico para garantir o combate a qualquer surto que se apresente.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Em Mato Grosso, por exemplo, em minha fazenda vacinamos sistematicamente todas as fêmeas até 10 meses de idade. São milhares de cabeças que são vacinadas até o máximo 1 ano. Porque, assim, poderíamos controlar a doença que no teste realizado 30% das fêmeas são passíveis de brucelose.

Assim sendo, 30% dos rebanhos em Mato Grosso estão infestados.

De maneira que nós vacinados sistematicamente, para evitar a doença. É uma vacina muito cara, custando quase 500 cruzeiros antigos.

Quanto ao peixe, quero dizer que Mato Grosso fornece peixe para Brasília. Existem às margens do rio Taquari, perto da cidade de Coxim, 3 ou 4 pequenos frigoríficos usando métodos obsoletos e primitivos, mas que permitem carregar caminhões frigoríficos que trazem peixe para Brasília. De maneira que é com grande prazer que ouvimos, pelas suas palavras, que São Paulo está modernizando esse setor.

O SR. HERBERT LEVI — Aliás, a inauguração desses estabelecimentos está sendo um ponto de apoio para a pesca fluvial.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — É o que temos observado. Em Coxim, por ocasião da piracema, isto é, quando o peixe sobe, faz um grande barulho. A pessoa que está na cidade ouve, a mais de um quilômetro de distância do rio, ouve o peixe subindo.

Pensava que fosse anedota, exagero, mentira, mas não, tive oportunidade de ver a quantidade de peixe na cachoeira logo acima da cidade, e ouvir o barulho que eles fazem. Em Coxim há três hotéis e muita gente de São Paulo dirige-se a essa cidade para pescar.

O SR. HERBERT LEVI — No entrosamento de Franca, no dia da inauguração, havia uma quantidade enorme de caixões de peixe, curimatás, pescados no Rio Grande e frigoríficos, havendo, assim, possibilidade de uma distribuição adequada. O frigorífico portanto, já está exercendo papel importante.

O SR. FERNANDO CORRÊA — Quanto à carne a ser exportada, temos este ano, uma quota de vinte mil toneladas, das quais o Rio Grande do Sul já exportou, nesses três primeiros meses, três mil e quinhentas toneladas. O Brasil tem contrato, sobretudo com a Itália, de vinte mil toneladas este ano.

Muito agradecemos a V. Exa. pela sua presença. Já o conhecíamos há vários anos. V. Exa., nosso companheiro de tantas lutas políticas, veio trazer a esta Comissão a sua experiência, a sua inteligência, a sua cultura, em que todos confiamos. V. Exa. está imprimindo um novo rumo à agricultura de São Paulo, que é o Estado líder na produção do Brasil, que é o nosso Estado-líder, Estado-padrão do Brasil; e nós todos aqui estamos com os olhos firmes na atuação de V. Exa., esperando que, de lá, vá para diante, para servir nosso País.

Muito obrigado.

Antes de encerrar a presente reunião, convoco os Srs. presentes para outra reunião, em caráter extraordinário, ainda hoje às 15,30 horas, a fim de ouvirmos a exposição do Sr. Roberto Selmi-Dei.

Está encerrada a reunião.

Levanta-se a reunião às 12 horas e 50 minutos.

MESA

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB).
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO).
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL).
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN).
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA).
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ).
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA).
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS).
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ).
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP).
 4º Suplente — Rauí Giuberti (ARENA — ES).

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS).

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT).

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE).
 Petrólio Portia (PI).
 Manoel Villaga (RN).
 Antônio Carlos SC).

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB).
 Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM).
 Adalberto Sena (ACRE).

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama.
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela.

ARENA

TITULARES
 Arnor de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE
 José Leite
 José Guomard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio.
 Vice-Presidente: João Cleofas.

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE
 Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga.
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna.

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnor de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE
 José Leite
 Eurico Rezende
 Benedito Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12 Membros

Presidente: Milton Campos.
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho.

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portia
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedito Valladares
 Arnor de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão.
 Vice-Presidente: Júlio Leite.

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrólio Portia
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 245.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto.
 Vice-Presidente: Edmundo Levi.

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queirós

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel.
 Vice-Presidente: Mem de Sá.

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portia

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO(11 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos
Moura Andrade
Paulo Sarasate
Milton Trindade
Alvaro Maia
José Feliciano
João Cleofas
Paulo Torres**SUPLENTE**José Guimaraes
Eurico Rezende
Filinto Müller
Fernando Corrêa
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Petrônio Portela
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio
Ruy Carneiro
João AbrahãoAdalberto Senna
Antônio Baibino
José ErmirioSecretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate
João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa
Júlio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Guimaraes
Teotônio Villela
Carlos Lindenberg
Daniel Krieger
Filinto Müller
Celso Ramos
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Paulo Torres**MDB**Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Arthur Virgílio
José ErmirioOscar Passos
Josaphat Marinho
João Abrahão
Aurélio Vianna
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Baibino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas
Teotônio Villela**SUPLENTE**Júlio Leite
José Cândido
Arnon de Mello
Leandro Maciel
Melo Braga**MDB**Antônio Baibino
Nogueira da GamaRuy Carneiro
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**(7 Membros)
COMPOSIÇÃOPresidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela
Domicio Gondim
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Adolpho Franco
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio
Josaphat MarinhoJoão Abrahão
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domicio Gondim**ARENA****TITULARES**Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano
Mello Braga
José Guimaraes
Benedicto Valladares
Teotônio Villela**MDB**Josaphat Marinho
José ErmirioSebastião Archer
Oscar PassosSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Rui Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet
Manoel Villaga
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Villela
José Leite
Domicio Gondim
Paulo Sarasate
Leandro Maciel**MDB**Rui Carneiro
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna
Adalberto SennaSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano
João Cleofas
Adolpho Franco
Petrônio Portela
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Daniel Krieger**MDB**José Ermirio
Aurélio Vianna
Rui MartinsAntônio Baibino
Arthur Virgílio
Edmundo LevySecretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(6 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano
Leandro Maciel
Antônio Carlos
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller
Mem de Sá
Duarte Filho
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.
Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.